



Luiz Felipe dos Santos Narciso

Dalle Mani del Tessitore

*A Projeção Internacional da Causa
Italiana por obra de Camilo Benso, o
Conde Cavour (1855-1858)*

2025 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Autor

Luiz Felipe dos Santos Narciso

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagen da Capa: Moleventiquattro. Camillo Benso conte di Cavour, emblema del Risorgimento Italiano. Disponível em: <<https://mole24.it/2019/08/08/camillo-benso-conte-di-cavour/>> Acesso em: 13 mai. 2025

Revisão: O autor

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Dra. Náyra de Oliveira Frederico Pinto, Universidade Federal do Ceará, UFC

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Rudvan Cicotti Alves de Jesus, Universidade Federal de Sergipe, UFS

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Narciso, Luiz Felipe dos Santos
N222d Dalle Mani del Tessitore: A Projeção Internacional da Causa Italiana por obra de Camilo Benso, o Conde Cavour (1855-1858) / Luiz Felipe dos Santos Narciso. – Formiga (MG): Editora Uniesmero, 2025. 88 p. : il.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5492-132-9
DOI: 10.29327/5569459

1. História. 2. Camilo Cavour. 3. Guerra da Crimeia – Acordos de Plombières. 4. Nacionalismo. I. Narciso, Luiz Felipe dos Santos. II. Título.

CDD: 909.81
CDU: 940

Os conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam responsabilidade de seu autor.

Downloads podem ser feitos com créditos ao autor. São proibidas as modificações e os fins comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero
CNPJ: 35.335.163/0001-00
Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniesmero.com.br
uniesmero@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:
<https://www.uniesmero.com.br/2025/06/dalle-mani-del-tessitore-projacao.html>



***Dalle Mani del Tessitore: A Projeção Internacional da Causa Italiana por
obra de Camilo Benso, o Conde Cavour (1855-1858)***

Luiz Felipe dos Santos Narciso

Obra baseada no

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado, como requisito parcial
para obtenção dos títulos de Bacharel e
Licenciado, ao Departamento de
História, da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Pinheiro de Araújo

Nessa estrada não nos cabe
Conhecer ou ver o que virá
E o fim dela
Ninguém sabe bem ao certo
Onde vai dar
Vamos todos numa linda passarela
De uma aquarela que um dia enfim...
Descolorirá
(*Aquarela*, Toquinho).

AGRADECIMENTOS

Quase sempre é difícil encontrar as palavras que possam, ao mesmo tempo, traduzir a emoção e a gratidão por este momento tão uníssono na vida de qualquer estudante. As duas principais tendências acabam sendo a extensão desmedida ou uma concisão aconselhada. Buscarei então, nas linhas e parágrafos a seguir, uma conciliação entre ambas, ainda que seja uma tarefa assaz complicada.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por toda a força, paciência e sabedoria necessárias para o enfrentamento das situações e caminhos tortuosos que se apresentaram ao longo deste percurso, e também pelos bons momentos, seja de diversão ou aprendizado, pelos quais fui agraciado no decorrer dos cinco anos da graduação. Agradeço de forma especial também aos meus pais, Cleyde Terezinha e Alexandre, cujo incentivo, apoio e carinho foram ímpares ao longo do percurso, além de terem sido as pessoas de quem “herdei” o amor pela profissão docente e o gosto pela História da Itália.

Estendo meu agradecimento também a meus familiares, em especial à Tia Andreia, que muitas vezes “comprou a minha briga” para que eu prosseguisse com o meu objetivo de fazer História, ao Tio Jayme, à minha madrinha Célia, aos primos Gustavo e Miguel, e às minhas avós Ruth e Poranga. Aproveito também para incluir neste agradecimento a prima de meu pai Maria Luíza Rossi, a qual certamente ajudou a despertar em mim o interesse pela História da Itália no século XIX, ao me apresentar as trajetórias e desventuras dos meus antepassados vindos da Calábria.

Impossível também seria esquecer aqueles que foram marcantes e fizeram parte da minha trajetória pré-UERJ. Assim, incluo neste espaço um agradecimento especial aos meus amigos da época do Ensino Médio no Sistema Elite de Ensino – Unidade Taquara, principalmente Davi, Julia, Anny e Dani, com os quais muitas vezes compartilhei as alegrias e inseguranças vivenciadas durante a graduação. Foi também durante o Ensino Médio que tive a oportunidade de ter aulas com alguns profissionais que me levaram àquela que seria, sem dúvidas, uma das escolhas mais importantes da minha vida, o Magistério. Nesse sentido, agradeço de forma mais do que especial aos

professores Felipe Kox, Guilherme Braga, Felipe Bento e Camila Carreira, com quem tive a honra de ter aulas de História. Estendo meus agradecimentos também a outros profissionais maravilhosos de outras disciplinas cujas influências também foram inegáveis: Rafael Laman, Rita Carolina, Diógenes Gouveia e Samira Ferreira.

Naturalmente, a graduação trouxe-me a oportunidade não apenas de conhecer professores excelentes e, de altíssimo nível, como também de adquirir muitos conhecimentos vindos deles. Assim, agradeço de modo especial aos professores Edna Maria, Míriam Lourdes, Lúcia Guimarães, Jaime Antunes, Márcia Amantino, Alessandra Seixlack, Vívian Zampa, Hilton Meliande e Helena Araújo. Dedico de modo mais específico e enfático agradecimentos honrosos aos professores Fabiano Vilaça, Alexandra Tedesco e Flaviano Isolan, com os quais cursei as disciplinas de História Contemporânea I, II e III, e que certamente foram responsáveis por me aproximar ainda mais da área.

Agradeço também ao meu orientador Rafael Pinheiro de Araújo, com quem tenho contato desde a disciplina de História da América III, cursada de forma remota no longínquo período 2020/2, e de quem tive a honra de ser monitor entre 2022 e 2024, pois, durante a experiência da bolsa de monitoria, pude aperfeiçoar o meu desempenho no âmbito da docência e de quem recebi conselhos e “puxões de orelha” que me ajudaram a chegar até aqui.

Nestes cinco anos, agradeço à UERJ e ao destino por ter colocado pessoas tão incríveis em meu caminho, por isso faço menção a pessoas queridas de importância ímpar: Pedro, Isa, Bia, Lívia, Guilherme e Yasmim. Neste momento não poderia deixar de agradecer também aqueles que ajudaram a abrilhantar ainda mais este meu ano; desta forma, destino um agradecimento mais do que especial aos alunos das turmas de Pré-Vestibular Manhã/Tarde/Medicina do Colégio e Curso SEI e à amiga Julia Ramos por terem ajudado a iniciar a minha carreira docente com “chave de ouro”.

Se todo final traz consigo o recomeço e, até mesmo, a incerteza em relação ao que virá, seguirei tentando pilotar essa astronave chamada futuro, a qual não tem tempo, nem piedade ou hora de chegar.

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar como se deu a projeção continental da causa pela unidade nacional italiana por obra de Camilo Cavour, entre 1855 e 1858. Busca-se sustentar que a política externa adotada por ele foi fundamental para tal projeção, graças, sobretudo, ao envio de voluntários para a Guerra da Crimeia e ao estreitamento de uma aliança com o Segundo Império Francês. Para sustentar esta hipótese, será utilizada como metodologia a revisão bibliográfica e a análise do conteúdo de algumas fontes, a exemplo do tratado de adesão do Piemonte à aliança anglo-francesa, dos Acordos de Plombières, do Armistício de Villafranca e do Tratado de Zurique, à luz das ponderações de Acton (2000), Anderson (2008), Gaeta (1981) e Hobsbawm (1990) sobre nacionalismo, assim como aquelas de Duroselle (1985, 2000), Renouvin (1960), Kennedy (1989) e Cervo (2008) sobre as relações internacionais europeias nos Oitocentos e, também, as que foram apresentadas por Milza (2003) acerca da inter-relação entre política interna e externa.

Palavras-chaves: Camilo Cavour – Guerra da Crimeia – Acordos de Plombières – Nacionalismo – Unificação Italiana.

ABSTRACT: The present work aims to analyze how the continental projection of the cause of Italian national unity occurred through the work of Camillo Cavour, between 1855 and 1858. It seeks to maintain that the foreign policy adopted by him was fundamental for such projection, thanks, above all, to sending volunteers to the Crimean War and strengthening an alliance with the Second French Empire. To support this hypothesis, a bibliographical review and analysis of the content of some sources will be used as a methodology, such as the Treaty of Piedmont's accession to the Anglo-French alliance, the Plombières Agreements, the Armistice of Villafranca and the Treaty of Zurich, in light of the considerations of Acton (2000), Anderson (2008), Gaeta (1981) and Hobsbawm (1990) on nationalism, as well as those of Duroselle (1985, 2000), Renouvin (1960), Kennedy (1989) and Cervo (2008) on European international relations in the 19th century and, also, those presented by Milza (2003) about the interrelationship between politics internal and external.

Keywords: Camilo Cavour - Crimean War - Plombières Accords - Nationalism - Italian Unification.

SUMÁRIO

Introdução	10
<hr/>	
CAPÍTULO I	15
CAMILO BENSO DE CAOUR, UM HOMEM DE SEU TEMPO	
<hr/>	
1.1 Vida e Trajetória Pregressas (1810-1848)	15
<hr/>	
1.2 “L’Italia farà da sè”: O Reino do Piemonte-Sardenha assume a dianteira do processo de unificação (1848-1849)	20
<hr/>	
1.3 L’età di Cavour: O decênio de preparação e as modificações internas no Reino do Piemonte-Sardenha (1849-1855)	32
<hr/>	
CAPÍTULO II	42
DA CRIMEIA PARA A EUROPA, DE PLOMBIÈRES PARA A ITÁLIA: A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DA CAUSA ITALIANA	
<hr/>	
2.1 As Relações Internacionais Europeias no Século XIX	42
<hr/>	
2.2 Dalla Crimea all’Europa: A Participação Sardo-Piemontesa na Guerra da Crimeia e a projeção internacional da causa italiana (1855-1856)	48
<hr/>	
2.3 Da Plombières all’Italia: Os Acordos de Plombières e o estabelecimento da Aliança Franco-Piemontesa (1858)	56
<hr/>	
CAPÍTULO III	68
A SEGUNDA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA ITALIANA: O OBJETIVO INEXORÁVEL DA PROJEÇÃO ITALIANA	
<hr/>	
3.1 A Preparação e a deflagração do conflito (1859)	68
<hr/>	
3.2 Da Villafranca a Zurigo: As Consequências do conflito para a causa italiana (1859-1860)	72
<hr/>	
Considerações Finais	81
<hr/>	
Referências Bibliográficas	86
<hr/>	
O Autor	88

INTRODUÇÃO

Findadas as Guerras Napoleônicas, com a derrota definitiva de Napoleão e o seu consequente exílio, as potências absolutistas europeias, que haviam saído vitoriosas, reuniram-se em Viena com o intuito de reorganizar o mapa e a geopolítica europeia no processo que ficou conhecido como Restauração. Em relação à Península Itálica, o ímpeto restaurador foi resumido na frase zombeteira atribuída ao primeiro-ministro austríaco Metternich: “Apenas uma expressão geográfica” (BERTONHA, 2019, p.48).

Naquele contexto, afirmar que o território que hoje corresponde ao Estado Italiano não deveria passar de uma expressão geográfica significava negar por meio da repressão e violência quaisquer pretensões de cunho liberal ou nacionalista que visassem à eliminação da dominação estrangeira e à unificação dos Estados ali existentes. Após a publicação das atas do Congresso de Viena, a Península Itálica permaneceu bastante fragmentada.

Ao Norte, havia o Reino do Piemonte-Sardenha, o único Estado independente do domínio estrangeiro, e o Reino Lombardo-Vêneto, controlado pelo Império Austríaco; nas porções centrais, havia os ducados de Módena e Parma e o Grão-ducado da Toscana, colocados sob a influência direta da Áustria, e os Estados Papais ou Pontifícios sob a chefia do Papa e, finalmente, ao Sul, havia o Reino das Duas Sicílias, formado após a unificação dos Reinos de Nápoles e da Sicília, controlado pela dinastia dos Bourbon (BERTONHA, 2019, p.47).

Este quadro político e territorial extremamente fragmentado certamente suscitou reações, que foram respaldadas pela ideologia nacionalista. O nacionalismo é certamente um filho do século XIX e das transformações ocasionadas pela Revolução Francesa, devendo ser compreendido como um de seus impactos na formação do mundo contemporâneo.

Conforme aponta João Fábio Bertonha, o nacionalismo apresentou duas nuances ao longo do século XIX, que demarcaram bem as duas metades dos Oitocentos (2019, p.48). A primeira metade foi caracterizada pelo predomínio da vertente política, que associava os conceitos de nação e nacionalismo a

elementos como soberania, participação popular e democracia; a segunda, por sua vez, presenciou a preponderância de uma segunda feição, aquela mais cultural, que relacionava a formação das nações e nacionalismos a fatores étnicos e linguísticos.

Estas duas nuances puderam ser facilmente enxergadas no caso da Península Itálica, onde os movimentos insurrecionais ocorridos nos ciclos de 1820 e 1830 demonstraram justamente a associação do discurso nacionalista aos elementos ligados à liberdade política. A “virada de chave” ocorreu após os movimentos de 1848, quando os fatores responsáveis pela mobilização do sentimento nacional passaram a ser mais identificados com elementos culturais por razões que serão apresentadas ao longo desta monografia.

Foi a partir de 1848 também que houve uma mudança na concepção do movimento pela Unificação da Itália, constatou-se com a derrota dos movimentos insurrecionais ocorridos no biênio 1848-49 que a unidade nacional seria alcançada por obra de estadistas e militares e, não por meio de revoluções (BERTONHA, 2019, p.51). Foi a partir deste biênio também que o Reino do Piemonte-Sardenha assumiu a dianteira do processo de unificação, ainda que este primeiro momento tenha sido marcado pela derrota frente os austríacos na Primeira Guerra de Independência Italiana (FRIGERIO, 2011, p.85).

Mesmo com a frustração inicial, o Estado Sabaudo¹ manteve-se na posição de liderança, graças ao processo de modernização ocorrido ao longo dos anos 1850. Além de ter conseguido manter a sua Constituição estabelecida em 1848, conhecida como *Statuto Albertino*, mesmo com a repressão dos movimentos insurrecionais (FRIGERIO, 2011, p.87), o reino passou por uma série de mudanças em sua infraestrutura com o intuito de desenvolvê-lo economicamente de modo a equipará-lo às principais potências europeias.

O processo de modernização avançou bastante a partir de 1852, quando as rédeas do reino, e consequentemente do processo de unificação nacional, foram assumidas pelo primeiro-ministro Camilo Benso de Cavour, conhecido

¹ Relativo à Casa de Savoia ou Saboia, dinastia reinante no Piemonte-Sardenha que foi responsável pela promoção da Unificação Italiana.

como Conde Cavour (FRIGERIO, 2011, p.89). Profundo admirador do liberalismo econômico e do progresso material, Cavour foi responsável pelo aumento exponencial das indústrias, dos bancos, das ferrovias e dos canais de irrigação (FRIGERIO, 2011, p.91) e pelo estreitamento de acordos comerciais com algumas das nações mais ricas e industrializadas do continente europeu, como Inglaterra, França e Bélgica (FRIGERIO, 2011, p.91; DUGGAN, 2016, p.152).

Conforme Christopher Duggan aponta em seu livro *História Concisa da Itália*, a ação de Cavour estruturava-se por meio de duas frentes principais: a econômica e a diplomática (2016, p.149). A primeira ocorreu graças aos elementos mencionados acima, já a segunda foi a resultante de ações estabilizadoras que lhe permitiram a obtenção de apoio interno e o alcance das condições necessárias para que a causa italiana fosse levada às discussões no cenário europeu (DUGGAN, 2016, p.149).

Traçado esse panorama, o objetivo principal deste trabalho é o de analisar como se deu a projeção internacional da causa italiana por meio da política externa de Cavour, com destaque para a participação sardo-piemontesa na Guerra da Crimeia, ocorrida entre 1855 e 1856, e para o estabelecimento dos Acordos de Plombières, em 1858, junto ao Segundo Império Francês representado por Napoleão III.

O primeiro capítulo deste trabalho é dividido em três seções, a primeira delas propõe-se a apresentar brevemente a vida e a trajetória pregressas de Cavour, com o intuito de compreender a sua formação e, consequentemente, as ideias e valores defendidos por ele. Na segunda seção, serão apresentados os principais eventos ocorridos na Península Itálica em 1848 para que se possa entender o contexto em que se deu a tomada da liderança do processo de unificação nacional pelo Reino do Piemonte-Sardenha; aqui serão mobilizados os conceitos de nacionalidade e nacionalismo e as ideias sustentadas por Lord Acton (2000), Franco Gaeta (1981), Eric Hobsbawm (1990) e Benedict Anderson (2008), para que seja possível compreender a mudança na forma de se conceber o nacionalismo, que foi indicada anteriormente por Bertonha, e os seus impactos na estruturação do processo de unificação italiana.

A terceira seção deste mesmo capítulo visa analisar as modificações internas realizadas por Cavour e que permitiram a execução de seus planos de política externa, buscando a projeção da causa italiana no cenário europeu; para tal análise, utilizar-se-ão as ponderações teóricas de Pierre Milza apresentadas em seu capítulo presente na obra *Por Uma História Política*, compilada por René Rémond, onde ele afirma que os elementos de política externa não devem ser analisados de forma separada daqueles referentes à política interna (MILZA, 2003).

No segundo capítulo, o escopo principal é a análise da projeção internacional da causa italiana por meio das ações de política externa empreendidas por Cavour, a saber, o envio dos voluntários piemonteses para a Guerra da Crimeia e o estabelecimento da aliança com o Segundo Império Francês. Também dividido em três seções, o objetivo da primeira delas é compreender como se davam as relações internacionais europeias no século XIX, inserindo o Conde Cavour neste âmbito. Para essa finalidade, serão mobilizadas tanto nessa primeira seção, quanto nas demais do capítulo as ideias de autores como Pierre Renouvin (1960), Jean-Baptiste Duroselle (1985, 2000), Amado Cervo (2008) e Paul Kennedy (1989) sobre os fundamentos e elementos das relações internacionais característicos dos Oitocentos.

Nas duas seções seguintes, a participação piemontesa na Guerra da Crimeia e os Acordos de Plombières serão analisados minuciosamente, sendo uma dedicada à compreensão de cada um deles. No que concerne à participação no conflito, além da revisão bibliográfica, serão analisadas duas fontes, a saber, o *Atto d'accessione della Sardegna al Trattato d'Alleanza tra l'Inghilterra e la Francia* (1855), responsável pela entrada do Reino do Piemonte-Sardenha na aliança anglo-francesa, e o *Protocolo XXII della seduta dell'8 aprile 1856*, o protocolo de uma das sessões do Congresso de Paris, que fez menção à causa italiana. Em relação aos Acordos de Plombières e à aliança com a França, será feita a análise dos acordos e o debate com a historiografia.

O terceiro capítulo tem como objetivo analisar a Segunda Guerra de Independência Italiana, conflito ocorrido entre abril e julho de 1859 e que opôs

a coligação franco-piemontesa ao Império Austríaco. Este conflito, entendido como objetivo inexorável da projeção da causa italiana, teve como principal desfecho a libertação de porções consideráveis das regiões setentrional e central da Península Itálica da dominação austríaca. A primeira seção desse capítulo apresenta os preparativos e as questões relacionadas à guerra como o fomento às hostilidades, as principais ações militares e o encaminhamento do cessar-fogo, enquanto a segunda, por sua vez, analisa tanto o Armistício de Villafranca, quanto o Tratado de Zurique que encerrou definitivamente o conflito, além de buscar compreender como se deram os processos de incorporação das regiões libertadas ao domínio sardo-piemontês e, quais as relações perceptíveis entre os processos de libertação com aquilo que os tratados estabeleceram.

Assim, busca-se sustentar neste trabalho que a projeção internacional da causa italiana ocorreu por meio da participação sardo-piemontesa na Guerra da Crimeia e do estabelecimento dos Acordos de Plombières, uma vez que a primeira propiciou a presença da luta pela unidade nacional italiana no cenário europeu e o segundo permitiu o estabelecimento da aliança com a França para o posterior conflito contra a Áustria, o qual era necessário para a libertação dos domínios territoriais dos Habsburgo na Península Itálica. Além de que esta projeção é fruto das medidas promovidas por Cavour no plano interno e da sua concepção a respeito do movimento nacional italiano.

CAPÍTULO I

CAMILO BENSO DE CAOUR, UM HOMEM DE SEU TEMPO

1.1 Vida e Trajetória Pregressas (1810-1848)

Como Marc Bloch indicou em uma de suas principais obras, *Apologia da História: Ou o Ofício do Historiador*, a História é a ciência dos homens no tempo (2001, p.55). Esta consideração feita por Bloch surgiu como um adendo à outra ideia apresentada pelo autor anteriormente na mesma obra, quando havia afirmado que a História é a ciência dos homens (2001, p.52). Mais do que um simples acréscimo, ou correção, a inclusão da expressão “no tempo” à primeira definição de História faz com que duas variáveis passem a ser levadas em consideração: os sujeitos históricos e o tempo, o que certamente leva à reflexão do impacto que uma tem sobre a outra.

Esta citação de Bloch certamente se aplica quando se busca analisar a trajetória de Camilo Benso di Cavour, que é o objetivo desta seção do primeiro capítulo. Como um homem de seu tempo, foi naturalmente impactado pelas reverberações da Revolução Francesa e da presença napoleônica na Península Itálica, a qual era verificada, até mesmo, dentro de sua família, pois seu pai atuara como funcionário da administração napoleônica no Piemonte e, sua avó era a Princesa Paulina Bonaparte, irmã de Napoleão (HEARDER, 1994, p.1).

Nascido em Turim, cidade capital do Reino do Piemonte-Sardenha e que seria futuramente palco de sua atuação política, em 10 de agosto de 1810 (HEARDER, 1994, p.1), filho de Michele Cavour, um marquês proprietário de terras com atuação política durante o período napoleônico, com Adele de Sellon, uma calvinista proveniente de Genebra, que foi responsável por inculcar em seu filho os valores da ética do trabalho, característicos do calvinismo², os quais impactariam posteriormente as suas concepções acerca da Economia e do desenvolvimento econômico do reino (HEARDER, 1994, p.1; SCONOCCHIA, 2019, p.377).

² Doutrina religiosa criada por João Calvino no século XVI, no contexto das Reformas Protestantes, que valorizava o trabalho e a acumulação visando ao lucro; tais características fizeram com que ela fosse bastante difundida entre os setores burgueses.

Seu interesse pela política começou a se despertar ao longo dos anos 1820, não coincidentemente no momento em que a Península Itálica presenciou a ocorrência de movimentos insurrecionais em defesa dos valores liberais e constitucionais e, logicamente, contrários aos preceitos estabelecidos em Viena em 1815, como aqueles ocorridos em Nápoles, em Palermo, no Ducado de Módena e, até mesmo na região do Piemonte, onde o Príncipe Carlos Alberto estabeleceu uma Constituição inspirada no modelo constitucional espanhol³.

Em 1824, com apenas 14 anos, tornou-se pajem do Príncipe Carlos Alberto, o mesmo que em 1821 estabeleceu por um breve período uma Constituição para o reino sardo-piemontês, por quem Cavour nutria uma profunda antipatia e, que segundo Adriano Sconocchia, era recíproca (2019, p.377). Conforme Harry Hearder indica em seu livro *Cavour*, foi por volta dos seus 16 anos que o mesmo começou a se interessar pela leitura de jornais, os quais o fizeram estar mais atento ao debate político vigente no reino (1994, p.6). Esta mudança na sua postura o levou a entrar em linha de atrito com seu pai, que, segundo Sconocchia, temia uma possível inclinação do filho às ideias revolucionárias (2019, p.378); ambos passaram a divergir sobre a forma mais adequada de organizar política e economicamente o Reino do Piemonte-Sardenha, para Michele Cavour, o reino deveria permanecer como um Estado absolutista e fundamentalmente agrário, ao passo que o jovem Camilo defendia uma mudança gradual nos sentidos político e econômico, que seria responsável por fazer com que o reino se tornasse uma monarquia constitucional limitada (HEARDER, 1994, p.2).

³ Para mais informações acerca dos movimentos insurrecionais de 1820 na Península Itálica, Ver: NARCISO, Luiz Felipe. I Moti del 1820 in Italia: 200 anos dos movimentos revolucionários de 1820 na Península Itálica. **Revista Historiador**, DOI: 10.5281/zenodo.10578593, 2021, v.14, p.163-182; GRIMALDI, Angelo. L’Insurrezione Siciliana nel 1820. Aspetti Politico-Costituzionali. **Revista de Estudios Histórico-Jurídicos**, 2018, XL, p.213-235; PRIDA, Gonzalo. La inspiración española de revolución piemontesa de 1821. **Revista Historia Constitucional**, 2012, n.13, p.73-97; TALAMO, Giuseppe. Società Segrete e gruppi politici liberali e democratici sino al 1848. In: LEVRA, Umberto. **Storia di Torino (volume VI)**: La città nel Risorgimento (1798-1864). Torino: Giulio Einaudi, 2000; PECORARO, Mario. Massoneria, società segrete e “congiura estense”. In: SPAGGIARI, Angelo; TRENTI, Giuseppe (orgs.). **Lo Stato di Modena: Una Capitale, una dinastia, una civiltà nella storia d’Europa**. Ministero Per I Beni e Attività Culturali: Modena, 2001.

Nos anos 1830, desenvolveu ainda mais o seu pensamento político após uma estadia em Gênova, cidade que naquele momento era considerada um “covil” de republicanos e *mazzinianos*⁴, que lutavam pelo restabelecimento da antiga República Lígure⁵ (SCONOCCHIA, 2019, p.378). Ainda que não concordasse com o pensamento de Giuseppe Mazzini, pelo fato de este prezar pela construção de uma Itália republicana e pelo incentivo às revoluções, a influência que as ideias do intelectual genovês sobre a questão nacional italiana teve sobre o pensamento político de Cavour é inegável.

Durante o tempo que passou em Gênova, Camilo Cavour frequentou o salão de debates de Anna Giustiniani, que foi quem influenciou o seu interesse pelos estudos sobre o pauperismo e os debates acerca da reforma carcerária no Reino do Piemonte-Sardenha (SCONOCCHIA, 2019, p.378). Assim como boa parte dos nacionalistas italianos de sua geração, nutriu-se de esperanças após a ocorrência dos eventos de 1830 na França, quando a monarquia bourbônica de Carlos X foi derrubada e, substituída pela monarquia orleanista de Luís Felipe de Orleans (HEARDER, 1994, p.15).

Hearder indica que o êxtase gerado pelos eventos mencionados acima foi tão grande que fez com que Cavour escrevesse a seu tio apontando que estes eventos poderiam ser o início da Regeneração Italiana (1994, p.16). Nas palavras de Hearder: “Para Cavour a Revolução de Julho trouxe grande esperança. Ele escreveu para seu tio, De Sellon, sobre a revolução como o amanhecer do dia que irá iluminar a Regeneração Italiana (tradução nossa)⁶” (ROMEO, p.351 apud HEARDER, 1994, p.16).

Entretanto, as expectativas não só de Cavour, mas de outros tantos intelectuais e nacionalistas italianos, foram frustradas, pois o apoio francês à causa italiana não se concretizou. Entre os meses de fevereiro e março de 1831, irromperam-se insurreições nos Ducados de Módena e Parma, na Itália Central, e nos Estados Pontifícios, que promoveram a derrubada temporária da

⁴ Adeptos do pensamento republicano e nacionalista de Giuseppe Mazzini (1805-1872).

⁵ Também conhecida como República de Gênova; foi suprimida após o Congresso de Viena, sendo incorporada ao Reino do Piemonte-Sardenha.

⁶ Texto Original em Inglês: For Cavour The July Revolution brought great hope. He wrote to his uncle, De Sellon, of the revolution as ‘the dawn of the day which must illuminate Italian regeneration’

autoridade dos duques e do poder temporal do Papa. Assim como a intelectualidade italiana, os insurretos envolvidos nestes eventos também contavam com o apoio francês para a consecução de seus objetivos; a ausência do apoio facilitou a reconquista austríaca ocorrida ao final de março.

Ainda sobre a década de 1830, outros dois elementos merecem destaque. Em 1834, Cavour iniciou a sua atuação na imprensa participando da escrita do jornal *Gazzetta Piemontese*, redigindo textos em francês, que eram posteriormente traduzidos por Silvio Pellico, autor do livro *Le Mie Prigioni*⁷, apontado por Hearder como o maior clássico do *Risorgimento*⁸ (1994, p.19).

O segundo elemento trata-se das viagens por ele realizadas ao longo da década, com destaque àquelas para Inglaterra e França. Tais viagens aproximaram-no ainda mais dos valores do liberalismo econômico, evidentes nos dois países, e fizeram-no se interessar pelo estudo das questões econômicas e sociais (HEARDER, 1994, p.20-22). Durante sua estadia na cidade de Londres, no ano de 1835, pôde acompanhar de perto os efeitos dos Atos de Reforma de 1832⁹ na sociedade e economia britânicas, os quais o fizeram sentir grande admiração pelos *whigs*, que seria superada por aquela que o mesmo sentiria posteriormente pelos novos *tories* encabeçados por Robert Peel (HEARDER, 1994, p.20).

Durante sua estadia em Londres, teve a oportunidade de conhecer pessoalmente Alexis De Tocqueville, autor de *A Democracia na América*, figura que o inspirou a admirar ainda mais o liberalismo econômico e a sociedade britânica de modo geral. As suas constatações e as influências geradas por essas viagens fizeram com que ele passasse a defender a necessidade de que as inovações econômicas típicas do liberalismo fossem implementadas na Península Itálica.

⁷ Tradução do Italiano: As Minhas Prisões; obra publicada em 1832 que retrata a prisão do escritor na Fortaleza do Spielberg, bem como os maus tratos que o mesmo sofreu pelas autoridades austríacas.

⁸ Tradução do Italiano: Ressurgimento ou Ressurreição; termo que indica o complexo processo que levou à formação do Estado Italiano cujo início será desenvolvido mais adiante nas próximas seções.

⁹ Atos que foram responsáveis por reformar o sistema eleitoral britânico e por estabelecer maior representatividade aos distritos industriais mais significativos.

Nesse sentido, merece destaque um artigo publicado em 1845 por meio do qual defendeu a necessidade da construção de uma ferrovia que ligasse a Itália à Europa Central e Setentrional. As linhas férreas, consideradas por Cavour como “maravilhas do século XIX”, não apenas inseririam a Itália no cenário europeu, como também seriam responsáveis por abalar as identidades locais das cidades e regiões italianas em prol da construção de um sentimento nacional (HEARDER, 1994, p.30).

Em um ensaio publicado em 1844, deteve-se sobre a questão irlandesa e concluiu que o cerne da questão estava relacionado à terra, mas que a mesma poderia ser solucionada desde que não recorresse às revoluções (HEARDER, 1994, p.29; SCONOCCHIA, 2019, p.383). Neste mesmo ensaio, é perceptível um elemento que marcaria o pensamento político e a atuação de Cavour ao longo de sua carreira política, a negação das revoluções.

Foi por volta de 1847, quando se aproximou do intelectual e político italiano Cesare Balbo, que se tornou mais conhecido no cenário público graças à sua participação no Jornal *Il Risorgimento*. Este periódico, segundo Frank J. Coppa, contava com membros defensores da independência, conciliação, cooperação entre príncipes e as pessoas e, principalmente, a criação de uma liga formada pelos príncipes italianos, além da necessidade da promoção da vitalidade econômica, este último já bastante mencionado por Cavour anteriormente (1973, p.61).

No ano seguinte, irromperam-se na Península Itálica, e na Europa como um todo, insurreições que contestavam o Absolutismo ainda vigente em diversas porções do continente e, defendiam princípios liberais, nacionalistas, e neste ano de 1848, socialistas. Os posicionamentos defendidos nas páginas do jornal apontado acima tiveram influência ímpar nos eventos ocorridos na Península Itálica de modo geral, e de forma mais específica no Reino do Piemonte-Sardenha.

1.2 “*L’Italia farà da sè*”: O Reino do Piemonte-Sardenha assume a dianteira do processo de unificação (1848-1849)

Pouco menos de 18 anos após o desfecho dos eventos ocorridos no biênio 1830-31, a Europa viu-se novamente atingida por agitações marcadas pela presença de ideais liberais, nacionalistas e, agora, socialistas. Na França, a monarquia orleanista, que havia chegado ao poder após as revoluções de julho de 1830 foi derrubada, sendo substituída pela Segunda República Francesa, proclamada em fevereiro. Na Confederação Germânica, ocorreram novos movimentos que buscaram a promoção da unificação nacional, que assim como aqueles ocorridos na década anterior e, a exemplo dos que ocorreram na Península Itálica não obtiveram êxito¹⁰.

A Península Itálica certamente não permaneceria imune a esta nova onda insurrecional, tendo em vista a manutenção do quadro político de fragmentação territorial, da permanência da dominação austríaca em boa parte do território e da ocorrência de outros eventos insurrecionais anteriormente. Logo no início de janeiro de 1848, iniciou-se uma insurreição na cidade de Palermo, na Sicília, em defesa dos interesses independentistas em relação ao Reino das Duas Sicílias, buscando restaurar o antigo Reino da Sicília e a autonomia da ilha.

Na outra porção do reino meridional, a cidade de Nápoles foi palco de uma insurreição que, assim como aquela ocorrida em 1820, obrigou o rei a conceder uma constituição (FRIGERIO, 2011, p.78). Brevemente, ambas as partes do reino bourbônico estavam tomadas por esta onda insurrecional; na Sicília, onde diferentemente da insurreição autonomista de 1820, os eventos não se restringiram a Palermo, o poder do rei Fernando II foi declarado derrubado em 13 de abril (BANTI, 2011, p.74; GOOCH, 1986, p.18), já na porção continental, a autoridade real estava submetida a uma constituição.

A ação do rei das Duas Sicílias brevemente inspirou outros soberanos da Península Itálica a seguirem seu exemplo; no Grão-ducado da Toscana, o

¹⁰ Para mais informações sobre os eventos de 1848 ocorridos na França e na Confederação Germânica, Ver: BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental: Do Homem das Cavernas até a Bomba Atômica.** Porto Alegre: Globo, 1977; KENT, George O. **Bismarck e seu tempo.** Brasília: Editora UNB, 1982; MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011.

estatuto foi concedido por Leopoldo II em 15 de fevereiro e, nos Estados Pontifícios, em pouco menos de um mês, em 14 de março (FRIGERIO, 2011, p.78). O Reino do Piemonte-Sardenha, que desde 1831 era chefiado por Carlos Alberto, não permaneceria alheio a esta tendência; fortemente inspirado pelas ideias veiculadas no jornal *Il Risorgimento*, redigido por Cavour e Cesare Balbo, o rei sabaudo também aceitou conceder uma constituição.

Ainda que tenha criticado o rei das Duas Sicílias, quando este aceitou conceder uma constituição, Carlos Alberto seguiu o mesmo exemplo ainda em fevereiro (HEARDER, 1994, p.33; SMITH, 1999, p.189), e o texto constitucional foi publicado no dia 04 de março (FRIGERIO, 2011, p.78; HEARDER, 1994, p.33). Composta por 81 artigos, a carta constitucional conhecida como *Statuto Albertino* foi responsável por transformar a estrutura administrativa do reino sardo-piemontês, que se tornou uma monarquia constitucional parlamentar.

É interessante apontar que Carlos Alberto evitou chamá-lo de “constituição” para que não fosse interpretado como uma concessão demasiadamente grande, conforme aponta Denis Mack Smith (1999, p.189). Além de endossar esta afirmação, Christopher Duggan ainda indica que a ação do soberano sabaudo só ocorreu após os impactos dos eventos franceses de fevereiro, já que ele temia a reverberação das barricadas de Paris em seu reino (2016, p.138).

A partir do *Statuto Albertino*, a monarquia absolutista sabauda deu lugar a uma monarquia constitucional cujo Parlamento seria composto por duas câmaras: uma câmara baixa cujos representantes seriam eleitos por voto censitário e a câmara alta, com participantes indicados pelo rei com mandato vitalício (BANTI, 2011, p.76; FRIGERIO, 2011, p.77). Para além da introdução parlamentar, este documento também foi responsável pela concessão da liberdade de imprensa e de associação, além da extensão de direitos civis e políticos aos judeus e protestantes (BANTI, 2011, p.76; FRIGERIO, 2011, p.77).

Convém pontuar também que não só o estatuto sabaudo, como as outras constituições concedidas nos Estados Italianos, a exemplo daquelas estabelecidas em Nápoles, na Toscana e nos Estados Pontifícios, também

chamadas de estatutos, foram influenciadas pelas constituições francesa de 1830 e belga de 1831; todos esses modelos constitucionais tinham em comum a organização bicameral do Parlamento e o fato de não esvaziarem completamente as prerrogativas reais, pois o Poder Executivo ainda era considerado incumbência do rei, que concentrava em sua figura outras atribuições como a chefia do Exército e a promoção da política externa (BANTI, 2011, p.76)¹¹.

Os eventos do *Quarantotto Italiano*¹² não se restringiram à concessão de constituições pelos soberanos e à mudança da organização institucional dos Estados; nas regiões centro-setentrionais da península, o domínio austríaco seria posto em xeque. Em Viena, cidade que se tornara capital do Absolutismo após 1815, rebeliões irromperam-se no dia 13 de março exigindo a demissão do primeiro-ministro Metternich, que ocorreu no dia seguinte, além da concessão da liberdade de imprensa e de uma constituição, as quais foram estabelecidas nos dias 15 e 16 de março respectivamente (FRIGERIO, 2011, p.77; BANTI, 2011, p.77).

No dia 17 de março, uma insurreição teve início na cidade de Veneza obrigando o governador Pallfy a soltar alguns intelectuais e patriotas, como Danielle Manin e Niccolò Tommaseo; no dia seguinte, a cidade lagunar foi palco de uma nova insurreição que exigiu das autoridades a autorização para a formação de uma guarda cívica (BANTI, 2011, p.77) e, finalmente, em 23 de março, foi proclamada a República de Veneza, também conhecida como República de *San Marco* (FRIGERIO, 2011, p.79). Em Milão, a ação anti-austríaca já era percebida desde janeiro, quando a população milanesa impôs aos austríacos um boicote ao comércio do tabaco (HEARDER, 1985, p.201), mas foi apenas após os eventos de Viena que a resistência popular atingiu contornos mais robustos.

¹¹ Estes modelos constitucionais inspirados nas constituições francesa de 1830 e belga de 1831 são também conhecidos como *charte octroyée*.

¹² Nome pelo qual é conhecido o ano de 1848 na Itália em virtude dos diversos acontecimentos simultâneos.

Após cinco dias de enfrentamentos entre milaneses e austríacos, ocorridos entre 18 e 22 de março¹³, o exército austríaco retirou-se de Milão e refugiou-se no conjunto de fortalezas conhecido como Quadrilátero, localizado entre as cidades de Mantova, Verona, Peschiera e Legnago (COPPA, 1973, p.68; FRIGERIO, 2011, p.78). A contestação nacionalista ao domínio austríaco não ficou restrita ao Reino Lombardo-Vêneto, já que nos Ducados da Itália Central, mais especificamente em Parma e Módena, os soberanos legítimos foram obrigados a se retirar, dando lugar a governos provisórios de cunho liberal e nacionalista (FRIGERIO, 2011, p.80; BANTI, 2011, p.78).

Ainda que a intervenção sardo-piemontesa tenha sido solicitada durante os eventos de Milão, ela não se fez necessária em virtude do desenrolar dos acontecimentos. As insurreições ocorridas no Reino Lombardo-Vêneto foram muito bem recebidas no Reino do Piemonte-Sardenha, onde o rei Carlos Alberto aproveitou-se do sucesso dos eventos para declarar guerra à Áustria, dando início à Primeira Guerra de Independência Italiana em 23 de março de 1848 (HEARDER, 1994, p.34; BANTI, 2011, p.77). É interessante indicar também que a ação do rei foi influenciada por um escrito do Conde Cavour no jornal *Il Risorgimento*, em que ele apontava que a hora para a promoção da libertação da Península Itálica havia chegado. Nas palavras de Cavour:

Homens que não têm mente fria, habituados a escutar mais os ditames da razão do que os impulsos do coração, após terem ponderado atentamente cada palavra nossa, devemos conscientemente declarar: um só caminho está aberto para a nação, para o governo, para o rei. A guerra! A guerra imediata, sem hesitação! Não é possível voltar atrás; a nação já está em guerra contra a Áustria. Ela já se mobiliza em apoio aos lombardos: os voluntários já atravessaram as fronteiras: os nossos conterrâneos fabricam e enviam abertamente munições aos milaneses. É evidente; a paz com a Áustria está rompida: os velhos tratados foram pisoteados e infringidos por uma parte e por outra (tradução nossa, grifo nosso) (GENTILE, 1930, p.106-107 apud. SMITH, 1999, p.203)¹⁴.

¹³ Esse evento é conhecido na história italiana como Os Cinco Dias de Milão ou *Le Cinque Giornate di Milano*.

¹⁴ Texto Original em Italiano: L'ora suprema per la monarchia sarda è suonata, l'ora delle forti deliberazioni, l'ora dalla quale dipendono i fatti degl' imperi, la sorte dei popoli (...) Uomini non di mente fredda, usi ad ascoltare più i dettami della ragione che non gl'impulsi del cuore, dopo di avere attentamente ponderata ogni nostra parola, dobbiamo in coscienza dichiararlo: una sola via è aperta per la nazione, pel governo, pel re. La guerra! La guerra imediata, senza indugi! Non è possibilie l'indietreggiare; la nazione infatti è già in guerra con l'Austria. Essa si muove già tutta in soccorso dei lombardi: i volontari hanno già varcate le frontiere: i nostri concittadini

A atitude do rei Carlos Alberto havia sido influenciada não apenas pelo escrito de Cavour, mas também pelas ideias do intelectual e político Cesare Balbo, que também participava da redação do periódico mencionado acima. John Gooch escreveu em seu livro *The Unification of Italy* que Balbo defendeu em sua obra *Delle Speranze d'Italia (Hopes of Italy)* que a monarquia piemontesa estava fadada a liderar a Itália (1986, p.9). Balbo ainda sustentava que a solução para a causa italiana seria a sua “europeização”, ou seja, deveria ser elevada ao *status* de questão europeia¹⁵ (HEARDER, 1985, p.198), algo que seria realizado futuramente por Cavour, como será analisado no próximo capítulo.

Nicholas Doumanis apresenta em seu livro *Italy: Inventing The Nation* que Carlos Alberto não era um admirador do nacionalismo italiano ou da italianidade e, que seus principais objetivos ao assumir as rédeas do processo de unificação nacional eram evitar a difusão do liberalismo e impedir que outro Estado da Península Itálica guiasse a unificação nacional (2001, p.62). O autor ainda aponta que o lema utilizado pelo rei era “*L'Italia fará da sè*”¹⁶, que naquele contexto significava que o monarca não estava disposto a compartilhar os espólios de guerra com outros exércitos que eventualmente participassem do conflito (2001, p.62).

Denis Mack Smith também parte desse mesmo pressuposto em sua obra *Il Risorgimento Italiano* ao indicar que não houve por parte do rei um interesse em se reunir com outros soberanos para delimitar os objetivos do conflito ou uma linha de atuação comum (1999, p.209). Mesmo com essas contradições, os expedicionários sabaudos receberam apoio de tropas vindas de Nápoles, sob o comando de Guglielmo Pepe, do Grão-ducado da Toscana e dos Estados Pontifícios, chefiadas por Giacomo Durando, além de um corpo de

fabbricano e spediscono apertamente munizioni ai milanesi. Egli è evidente; la pace è rotta coll'Austria: i vecchi trattati dall'una parte e dall'altra sono calpestati ed infranti (...).

¹⁵ Nesta mesma obra, Balbo também defendia que a dominação austríaca na Península Itálica poderia ser solucionada se o Império dos Habsburgo recebesse alguma compensação territorial nos Bálticos. Para mais informações acerca das posições defendidas por Balbo, ver: GOOCH, John. *The Unification of Italy*. Londres: Routledge, 1986; HEARDER, Harry. *Italy In The Age of The Risorgimento 1790-1870*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1985.

¹⁶ Tradução do Italiano: A Itália fará por si mesma (tradução nossa).

voluntários e regulares convocados pelos governos provisórios de Parma e Módena (HEARDER, 1985, p.203; BANTI, 2011, p.78).

O conflito iniciado em 23 de março, conhecido como Primeira Guerra de Independência Italiana, Guerra Sardo-Austríaca ou Guerra Austro-Piemontesa, contou com vitórias iniciais dos exércitos piemonteses nas Batalhas de Goito e Peschiera (BANTI, 2011, p.80-81). Contudo, não tardou para que o despreparo e a fragilidade militar do exército sardo-piemontês ficassem evidentes; no dia 25 de julho de 1848, as tropas de Carlos Alberto foram derrotadas na Batalha de Custoza e, o conflito foi parcialmente encerrado (BANTI, 2011, p.80-81).

A derrota piemontesa abriu caminho para a assinatura do Armistício de Salasco, o qual recebeu esse nome por conta da presença do general Salasco, que ficou encarregado do seu estabelecimento (HEARDER, 1985, p.204; BANTI, 2011, p.80-81). Este armistício, além de decretar provisoriamente o fim do conflito, também foi responsável por fazer com que a cidade de Milão e os Ducados da Itália Central, com exceção do Grão-ducado da Toscana, retornassem à obediência; marcando o fim da expansão sabauda sobre aquelas áreas.

Para além do despreparo e da fragilidade militar já mencionados, outros elementos também podem ser evocados para explicar a derrota piemontesa no conflito, como as críticas às ambições expansionistas do Piemonte, que ficaram evidentes na promoção de plebiscitos nas províncias lombardas, a exemplo de Milão, nos Ducados de Parma e Módena, ocorridos em maio assim como aqueles da Lombardia, e também nas províncias vênetas, como Veneza, mais tarde na primeira semana de julho (BANTI, 2011, p.79; COPPA, 1973, p.72; FRIGERIO, 2011, p.81; SMITH, 1999, p.207).

Somadas a essas críticas, tem-se também a retirada das tropas vindas de Nápoles e dos Estados Pontifícios. Em relação a este último, a retirada esteve associada aos efeitos da alocução de Pio IX, publicada em 29 de abril de 1848, por meio da qual o Pontífice criticou a guerra, apontando que não poderia apoiar um conflito que promovesse uma oposição entre católicos, visto que tanto os italianos, quanto os austríacos eram católicos (BANTI, 2011, p.79). É interessante indicar que este ato do Papa é considerado por Gooch

como o fim das esperanças de um papa liberal, já que existia entre alguns intelectuais a crença de que o Papa poderia conduzir o movimento pela unificação nacional (1986, p.17)¹⁷.

No ano seguinte, mesmo com a continuidade da fraqueza militar de suas tropas e, agora, com o agravante da ausência de qualquer possibilidade de apoio dos demais Estados da Península Itálica, o monarca sardo-piemontês decidiu retomar o conflito contra os austríacos, em 20 de março de 1849 (GOOCH, 1986, p.15). Além de seu interesse em reaver os territórios que a Áustria havia retomado após a assinatura do Armistício de Salasco, deve ser levada em consideração também a expansão das experiências republicanas na Península Itálica naquele contexto, que além da República de Veneza, a qual permanecia resistindo ao cerco austríaco, passou a contar também com a República Romana, proclamada em 09 de fevereiro de 1849 e regida por um triunvirato composto por Giuseppe Mazzini, Aurelio Saffi e Carlo Armellini (BANTI, 2011, p.82-83).

O ímpeto piemontês foi novamente freado por uma derrota, desta vez em Novara e, além da derrota, o desfecho para o Estado sardo foi a abdicação do rei Carlos Alberto e a substituição por seu filho Vítor Emanuel II, o qual passaria a desempenhar a guia do movimento de unificação nacional a partir daquela data (FRIGERIO, 2011, p.85-87). Mesmo com a derrota nesta primeira guerra de unificação, o reino sardo-piemontês permaneceu com um legado positivo, a manutenção do *Statuto Albertino*, a única dentre as constituições estabelecidas na Europa durante o biênio 1848-1849 que permaneceu mesmo após a derrota dos movimentos (FRIGERIO, 2011, p.87), o que permitiu também a continuidade da estrutura parlamentar no Reino do Piemonte-Sardenha.

Além da derrota dos piemonteses frente os austríacos, o saldo dos eventos de 1848 na Península Itálica foi bastante desanimador para o

¹⁷ Ainda que não seja objetivo deste trabalho debater o envolvimento do Papado com o movimento de unificação nacional, bem como a sua historiografia, é interessante apontar que Alessandro Frigerio discute em sua obra **Risorgimento e Unità d'Italia Schemi Riassuntivi, Quadri d'approfondimento** que o mito de que o Papa poderia conduzir a luta pela unidade nacional ofuscou-se apenas quando Pio IX fugiu de Roma para Gaeta em novembro de 1848 (2011, p.82).

movimento de unificação nacional. A cidade de Milão, palco das barricadas populares, retornou à obediência aos austríacos, que conservaram a ordem na capital, assim como nos Ducados de Parma e Módena, onde as fugas dos soberanos permitiram o estabelecimento de governos provisórios e as anexações ao Reino do Piemonte-Sardenha; as experiências republicanas de Veneza e Roma, por sua vez, também não tardariam para serem desmobilizadas, a primeira capitulou em 23 de agosto de 1849 (FRIGERIO, 2011, p.86) após resistir por pouco mais de um ano aos bombardeios e ao bloqueio marítimo imposto pela Áustria, a segunda, cuja existência foi ainda mais breve, foi reprimida no início de julho pelas tropas francesas lideradas pelo General Oudinot (HEARDER, 1985, p.206).

Mesmo com o fortalecimento da repressão e da centralização, que se tornaram mais enérgicas, por parte do Império Austríaco (ACTON, 2000, p.34), o movimento de unificação nacional não arrefeceu e suas rédeas continuaram incumbidas ao Reino do Piemonte-Sardenha, o qual passaria por um processo de modernização que será analisado na próxima seção com o intuito de fortalecê-lo econômica, política e militarmente. Segundo Lord Acton, os eventos de 1848 fizeram com que a Áustria perdesse a legitimação de sua dominação com base no Direito, restando-lhe apenas o uso da força (2000, p.34). Nas palavras de Christopher Duggan, o toque de finados do Absolutismo havia soado (2016, p.143).

Como foi apresentado na Introdução, o epílogo dos eventos de 1848 provocou algumas mudanças na forma de conceber o movimento de unificação nacional, e também no modo de enxergar o nacionalismo. Em sua obra *Os Italianos*, o historiador e cientista político brasileiro João Fábio Bertonha, ao discorrer sobre a construção da identidade nacional dos italianos, aponta que ao longo do século XIX o nacionalismo conheceu duas principais nuances, que demarcam bem as duas metades dos Oitocentos, a política e a cultural (2019, p.44).

Assim como Bertonha, alguns autores como Eric J. Hobsbawm e Benedict Anderson indicam em suas obras *Nações e Nacionalismo desde 1780* (1990) e *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do*

nacionalismo (2008), respectivamente, que tanto a concepção das nações, quanto a sua instrumentalização por meio dos nacionalismos são elementos cuja origem é moderna e remonta aos impactos da Revolução Francesa e do Iluminismo, os quais foram responsáveis por ofuscar e paulatinamente substituir outros mecanismos de legitimação como a legitimidade dinástica.

Embora, as nações, assim como o nacionalismo, sejam um construto recente, elas convivem com um dilema segundo Benedict Anderson, a antiguidade subjetiva *versus* a modernidade objetiva (2008, p.31), o que se dá pelo fato de os elementos mobilizados para a criação das nações serem anteriores à Modernidade. Entretanto, ao longo de sua obra, Anderson indica que a imaginação das nações é um fenômeno moderno, associado aos já mencionados impactos da Revolução Francesa, o que fica evidente, por exemplo, no fato de o termo nacionalismo generalizar-se no vocabulário político apenas no final do século XIX (2008, p.30), o que é endossado por Hobsbawm, que apresenta a utilização do termo nação nos discursos político e social por volta dos anos 1830, operando como “princípio das nacionalidades” (1990, p.31).

A Revolução Francesa associou termos como nação e nacionalismo a ideais como a participação política e à defesa da soberania popular, fundamentando estes elementos na nação (ACTON, 2000, p.38; HOSBAWM, 1990, p.31). Assim, o pertencimento a uma nação específica não se associaria apenas a instrumentos culturais ou linguísticos, o que é indicado por Eric Hobsbawm ao apresentar que o pertencimento à nação francesa durante os anos da revolução não se limitou apenas ao uso cotidiano do francês, mas sim à adesão aos preceitos revolucionários (1990, p.34).

Estes pressupostos que associavam a nação à soberania popular também ficam evidentes na obra *II Nazionalismo Italiano* do historiador italiano Franco Gaeta (1981), o qual acrescenta que essa associação tem relação com os efeitos da obra *O Contrato Social* de Rousseau (1762), que além de unir os conceitos de nação e soberania popular também foi responsável por cristalizar a ideia de que a nação cultural não faria sentido sem a nação política (1981, p.10).

Essa vertente política da nação, e consequentemente do nacionalismo, resultou em movimentos que lutavam contra a permanência do Absolutismo ou contra a opressão estrangeira, a exemplo daqueles ocorridos na Península Itálica, e na Europa de modo geral, nos ciclos revolucionários de 1820-21 e 1830-31. Assim, o fato de um governante ser estrangeiro não era suficiente para que promovessem uma insurreição contra seu domínio; era necessária a presença do caráter opressor em seu governo. Nas palavras de Lord Acton:

[...] Os turcos, os holandeses e os russos foram atacados não como usurpadores, mas como opressores – por governarem mal, e não por serem de uma raça diferente. Iniciou-se então uma fase em que foi preponderante o discurso segundo o qual, simplesmente, as nações não seriam governadas por estrangeiros (ACTON, 2000, p.33).

O trecho acima, escrito por Acton, denota que o processo de independência grega do domínio turco-otomano, a Independência da Bélgica da dominação holandesa e a frustrada tentativa de independência polonesa frente o controle russo não foram motivados pela nacionalidade dos grupos dominantes, mas sim pelo fato de serem opressores. Essa dissociação entre nacionalidade e opressão, no período compreendido pelo autor entre 1825 e 1831 (2000, p.32), também fica evidente nos eventos de 1831 na Península Itálica quando a autoridade dos duques de Parma e Módena e do Papa nos Estados Pontifícios foi posta em xeque não pela origem dos governantes, mas sim pelo seu mau-governo¹⁸.

Após 1831, constatou-se a necessidade de se transferir o discurso liberal para o campo das nacionalidades, como foi feito por Giuseppe Mazzini (ACTON, 2000, p.34). Ao entrar em contato com a Sociedade dos

¹⁸ Entre fevereiro e março de 1831, irromperam-se uma série de insurreições na Península Itálica, que tomaram os Ducados de Parma e Módena e parte dos Estados Pontifícios. No caso do Ducado de Parma, os protestos não eram direcionados à duquesa Maria Luísa de Habsburgo, mas sim ao seu ministro Joseph von Wérklein como foi resumido na frase “Viva Maria Luísa, morte a Wérklein”. Para mais informações sobre os eventos de 1831 nos Ducados e nos Estados Pontifícios, ver: MONTANELLI, Indro. **L’Italia giacobina e carbonara 1789-1831**. Milão: RCS Libri S.p.A, 2013; NARCISO, Luiz Felipe dos Santos. Modena 1831: Da Conjuração ao Movimento Insurrecional no Ducado Estense. **CENTÚRIAS – Revista Eletrônica de História**, DOI: 10.52521/rc.v2i4.13235, ISSN: 2965-1867, 2024, p.153-171; TESTA, Ludovico. **1831 e dintorni**. [s.d.].

Carbonários¹⁹, Mazzini pôde perceber que seu caráter nacionalista era impotente, o que acabaria por comprometer as atividades orquestradas por aquela agremiação; assim, ele buscou associar em seu discurso a nação política a elementos metafísicos e teleológicos, que naquele contexto significaria buscar uma justificativa para que a lealdade nacional fosse praticada com um ímpeto similar ao de uma religião (ACTON, 2000, p.34; GAETA, 1981, p.13-14).

Essa ação promovida por Mazzini insere-se num panorama de mudança na concepção do nacionalismo, que passava a apresentar uma nuance mais cultural. Para analisar essa mudança interpretativa, é necessário levar em consideração os efeitos do Romantismo, os quais foram responsáveis por incentivar a ideia e a história nacionais por meio da literatura (ACTON, 2000, p.34). No bojo do movimento romântico, passou a se debater também a necessidade da criação de um vernáculo, isto é, uma língua nacional que pudesse ser utilizada tanto no cotidiano, quanto na produção literária.

A importância da criação de um vernáculo já havia sido mencionada por escritores alemães como Herder e Fichte, em suas obras *Origem da Linguagem* e *Discursos à nação alemã* respectivamente, as quais foram responsáveis principalmente pela associação da linguagem à origem da nação, conforme foi demonstrado no conceito de *volk* proposto por Herder (GAETA, 1981, p.10-11). É interessante indicar que ambas as obras foram constantemente mobilizadas durante o processo de unificação nacional alemão, e foram essenciais para forjar o nacionalismo cultural, pois Fichte, por exemplo, considerava o idioma alemão como o idioma mais puro do povo mais puro (GAETA, 1981, p.11).

Essa relação entre a literatura e a relevância da mobilização vernacular foram muito bem analisadas por Benedict Anderson em sua obra mencionada anteriormente. Anderson, ao longo de sua obra, concebeu as nações como comunidades imaginadas, limitadas e soberanas (2008, p.32), as quais se distinguem umas das outras pela capacidade de imaginação (2008, p.34). Esta

¹⁹ Sociedade secreta defensora de valores liberais e constitucionalistas em oposição ao Absolutismo, possuiu grande atuação no período entre 1815 e 1830.

capacidade de imaginação permite que pessoas que não se conhecem e, que possivelmente não se conhecerão, possam se reconhecer enquanto membros de uma mesma nação.

O fator que o autor considera essencial para a capacidade de imaginação das comunidades nacionais é o capitalismo editorial, também chamado de capitalismo de imprensa (2008, p.46), responsável pela produção e circulação de jornais e romances, os quais foram bastante necessários tanto para a instrumentalização do nacionalismo, quanto para a manutenção da “imaginação nacional”, que é concebida por Anderson como o processo de formação das nações (2008, p.61).

Aplicando essas ponderações ao caso italiano, pode-se inferir que a partir de 1831, em decorrência dos impactos dos movimentos insurrecionais de 1830-31 e do advento dos discursos de Giuseppe Mazzini, que transferiram o discurso liberal para o campo da nacionalidade por meio da criação da Jovem Itália²⁰, passou-se a pensar a questão italiana por meio do nacionalismo de base cultural, ou seja, utilizando-se de elementos como a língua, a cultura e a história nacionais.

Nesse cenário, a capacidade de imaginação nacional ligada ao capitalismo de imprensa pode ser percebida quando retomamos algumas obras publicadas durante o período e, amplamente lidas em diversas regiões da Península Itálica, a exemplo de *Le Mie Prigioni* de Silvio Pellico (1832), *Del Primato Morale e Civile degli Italiani* de Vincenzo Gioberti (1843)²¹, *Delle Speranze d'Italia* (1844) de Cesare Balbo, ou debatidas em eventos como o Congresso Científico ocorrido em Pisa em 1839 (GOOCH, 1986, p.8-9). Assim, essas obras literárias bem como a ocorrência de congressos, a exemplo deste realizado em Pisa, favoreceram aquilo que Anderson denomina “imaginação nacional” à medida que propiciaram uma consciência nacional anti-austríaca,

²⁰ Conhecida também como *Giovane Italia* ou *Giovine Italia*, organização criada por Giuseppe Mazzini com a pretensão de promover a unificação da Itália e instituir uma república.

²¹ Obra escrita por Vincenzo Gioberti em 1843, onde se postulou um projeto de unificação que defendia a formação de uma Confederação de Estados Italianos chefiada pelo Papa, denominado neoguelfismo. Para mais informações, ver: FRIGERIO, Alessandro. **Risorgimento e Unità d'Italia Schemi Riassuntivi, Quadri d'approfondimento**. Novara: De Agostini, 2011; GOOCH, John. **The Unification of Italy**. London: Routledge, 1986.

bem como o contato com os debates acerca dos projetos de unificação pensados para a realização da unidade nacional²².

Na introdução de sua obra mencionada nas páginas anteriores, Hobsbawm retomou as considerações de outro estudioso dos nacionalismos, Miroslav Hroch, que apresentou três fases para a evolução do nacionalismo: A, B e C (1990, p.21). A Fase A seria caracterizada pela relativa restrição da imaginação nacional a intelectuais e literários, os quais foram responsáveis pela mobilização de elementos culturais, históricos e folclóricos com a finalidade de sustentar o ideal de nacionalismo (HOBSBAWM, 1990, p.21).

Na fase B, o nacionalismo passaria a contar com a presença de militantes e pioneiros da ideia nacional, que seriam responsáveis pela realização de campanhas políticas e militares em prol dessa ideia (HOBSBAWM, 1990, p.21). E, por fim, a fase C em que o nacionalismo teria sustentação de massa, o que o autor desenvolve nessa mesma obra, inserindo-a entre 1870 e 1918 (HOBSBAWM, 1990).

Levando em consideração o referencial teórico aqui apresentado e a análise realizada por João Fábio Bertonha, pode-se dizer que entre 1831, quando da falência dos movimentos insurrecionais e da criação da Jovem Itália por Mazzini, e 1848, quando das insurreições na Península Itálica e do início das guerras de independência italianas, ocorreu paulatinamente a instrumentalização do nacionalismo do ponto de vista cultural associado às discussões acerca dos projetos de unificação e ao desenvolvimento da literatura nacional.

1.3 *L'età di Cavour: o decênio de preparação e as modificações internas no Reino do Piemonte-Sardenha (1849-1855)*

Mesmo com um cenário pouco animador para a causa italiana, o desfecho do *Risorgimento* de 1848-49 não foi totalmente negativo, como foi mencionado anteriormente, principalmente para os sardo-piemonteses. Ainda que seu Exército tenha sido bastante humilhado após o conflito e o tesouro real

²² Dentro da Itália, esse momento, demarcado convencionalmente entre 1831 e 1848, é conhecido como *Il Dibattito Risorgimentale*. Para mais informações, ver as obras mencionadas na nota acima.

praticamente esvaziado, o Piemonte-Sardenha pôde preservar a sua estrutura constitucional e parlamentar, graças à habilidade política de seu jovem rei Vítor Emanuel II, além de passar a contar com Massimo d’Azeglio como primeiro-ministro, o qual também demonstrou hábil capacidade de comando, principalmente ao conseguir conciliar a direita reacionária e a esquerda revolucionária (COPPA, 1973, p.77-78).

O ministério de D’Azeglio ficou marcado pelas iniciativas de fazer com que o reino avançasse em direção ao liberalismo, o que se manifestou na realização de medidas de modernização econômica e no início do gradual processo de separação entre Igreja e Estado. A Igreja Católica ainda detinha grande influência social e política no reino, o que fazia com que o Estado sardo-piemontês possuísse uma feição quase que feudal na ótica dos seus estadistas (HEARDER, 1994, p.63); esta realidade somada às hostilidades que o Papado começou a apresentar em relação ao movimento pela unificação nacional ativou o ímpeto para reduzir a influência da Igreja Católica no reino.

No final do mês de fevereiro de 1850, começou a se apresentar o desenho de uma lei que promoveria a separação entre a Igreja e o Estado no Reino do Piemonte-Sardenha, conhecida como as Leis de Siccardi (MONTANELLI, 2013, p. 239). Além da laicização e da secularização, este pacote de leis também seria responsável pela diminuição das festividades católicas do calendário²³, pela restrição ao direito de asilo político pela Igreja Católica, pela necessidade de uma autorização do Estado para a possibilidade de aquisição de bens materiais, e pelo estabelecimento do casamento civil e do divórcio (COPPA, 1973; HEARDER, 1994; BEALES & BIAGINI, 2002; MONTANELLI, 2013).

Segundo Derek Beales e Eugenio Biagini, as Leis de Siccardi foram responsáveis por promover uma espécie de *Kulturkampf* Italiana (*Italian Kulturkampf*), realizando um paralelo com a guerra cultural estabelecida no

²³ É interessante apontar que o argumento utilizado para justificar a diminuição das festividades católicas, além da necessidade de realizar a separação entre a Igreja e o Estado, era a busca pelo aumento da produtividade no reino, já que a grande quantidade de feriados católicos afetava diretamente a produção interna. Para mais informações, ver: BEALES, Derek; BIAGINI, Eugenio F. **The Risorgimento and the Unification of Italy**. London and New York: Routledge, 2002.

Segundo Reich Alemão contra os católicos nos anos 1870, logo após a concretização da unificação nacional alemã²⁴, pois além de sua aberta hostilidade à influência da Igreja dentro do reino, elas também buscavam enfraquecer o Papado, dada a sua oposição ao movimento pela unificação (2002, p. 111). Convém pontuar também que o principal lema dessa política era *Libera Chiesa in Libero Stato*²⁵, o qual significava justamente que a separação entre as duas instâncias levaria ao alcance do liberalismo (BEALES & BIAGINI, 2002, p. 111); este mesmo princípio seria mobilizado posteriormente por Cavour ao defender a incorporação de Roma ao Estado Italiano.

Em relação às medidas para o atingimento da modernização econômica, Montanelli ponderou em sua obra *L’Italia del Risorgimento 1831-1861* que elas se iniciaram com Massimo d’Azeglio, que buscou aproximar o Piemonte do Ocidente liberal. Todavia, ao se pensar na modernização econômica do reino, a ligação à figura de Cavour permanece sendo imprescindível. Mesmo após uma instável presença no cenário parlamentar, Cavour foi indicado em 1850 ao posto de Ministro da Agricultura, Comércio e Indústria (COPPA, 1973, p.94) do gabinete de Azeglio e graças às suas habilidades, o reino pôde alavancar o seu processo de desenvolvimento econômico.

Coppa ponderou em sua obra já mencionada que o principal objetivo de Cavour ao ingressar no ministério foi atribuir uma imagem liberal ao Piemonte, por meio da defesa de reformas na sociedade e na criação de novas políticas governamentais (1973, p.95). Para Cavour, o principal meio para combater tanto os austríacos, quantos os demais governantes absolutistas na Península Itálica era o liberalismo (COPPA, 1973, p.95), que assim como o livre-comércio seriam, na concepção do estadista, uma meta almejada pelas nações avançadas como indicou Duggan (2016, p.143-144).

²⁴ A *Kulturkampf* foi uma política atritosa estabelecida no Segundo Reich Alemão por Otto von Bismarck que se caracterizou pela aberta hostilidade à Igreja Católica e ao Papado, já que ambos tinham influência dentro do recém-nascido Estado Alemão, os quais constituíam uma ameaça à política bismarckiana. Para mais informações, ver: KENT, George O. **Bismarck e seu tempo**. Brasília: Editora da UNB, 1982; SILVA, Daniele Gallindo Gonçalves; ALBUQUERQUE, Mauricio da Cunha. “Hail Arminius! O Pai dos Alemães!”: a construção mítica da Unificação Alemã entre 1808 e 1875. **Revista Topoi**, DOI: 10.1590/2237-101X01803505, Rio de Janeiro, 18(35), maio-agosto 2017, p. 330-355.

²⁵ Tradução do Italiano: Igreja Livre em um Estado Livre (tradução nossa).

Para que pudesse atingir esta meta tão almejada, Cavour estreitou acordos comerciais com países como França, Inglaterra, Bélgica, Suíça e a Confederação Germânica, que já vinham apresentando níveis destacados de industrialização, os quais foram responsáveis pela criação de uma taxa única de comércio, decorrente da abolição das taxas diferenciais que variavam conforme a procedência das embarcações (COPPA, 1973, p.95; SCIROCCO, 2004, p.370).

Sobre estas medidas, convém indicar que duas ponderações que, embora sejam divergentes, nos ajudam a compreender as finalidades das medidas de Cavour são apresentadas por Frank J.Coppa (1973) e por Derek Beales e Eugenio F. Biagini (2002). Coppa defende que o estreitamento dos acordos comerciais promovidos por Cavour acabaram por mitigar o protecionismo no reino, já que seu objetivo era o alcance do liberalismo (1973, p.95), entretanto, Beales e Biagini pontuam que o liberalismo puramente nunca foi implantado, já que, de alguma forma, era necessário favorecer a industrialização piemontesa, que se encontrava em estágio nascente (2002, p.110). A mobilização destas duas análises é interessante, pois ajuda a compreender como, ao mesmo tempo, buscou-se incentivar tanto a modernização econômica interna do reino, quanto a sua inserção no cenário econômico europeu.

Estas medidas tomadas por Cavour também se inserem na necessidade de recuperar a economia do reino sardo-piemontês, já que, após a Primeira Guerra de Independência Italiana, o tesouro do reino estava praticamente esvaziado. Com a derrota dos piemonteses neste primeiro conflito, eles foram forçados a pagar uma indenização de 75 milhões de francos e, para que esta dívida pudesse ser honrada foram tomadas duas iniciativas: a primeira delas foi a fusão de dois bancos do reino, de Turim e de Gênova, e a realização de um empréstimo com a Casa Rothschild, um dos mais influentes bancos britânicos dos Oitocentos (SCIROCCO, 2004, p.369-374).

O êxito obtido pelas suas medidas fez com que o Conde Cavour fosse alçado a postos mais elevados internamente, e em 1851, atingiu o posto de Ministro das Finanças, considerado o segundo cargo mais relevante dentro da hierarquia ministerial, abaixo apenas do primeiro-ministro (HEARDER, 1994,

p.60). Com a sua projeção dentro do gabinete, não tardou para que passasse a buscar formas de perpetuar-se no poder e atingir outros cargos ainda mais elevados e, para que estes objetivos fossem alcançados, utilizou-se de uma aliança política estratégica.

A principal delas foi o chamado *connubio*²⁶ estabelecido com Urbano Rattazzi, líder da ala moderada da esquerda e que possuía bastante influência entre os políticos do centro. Por meio desta aliança, conhecida internamente como *Connubio Rattazzi-Cavour*, estabelecida após dois colóquios ocorridos entre dezembro de 1851 e janeiro de 1852, e firmada oficialmente em fevereiro de 1852 (COPPA, 1973, p. 101; MONTANELLI, 2013, p.258), Cavour obteve maioria no Parlamento e pôde abrir caminho para que brevemente fosse alçado ao posto de Presidente do Conselho de Ministros.

Esta aliança estabeleceu-se baseada em quatro princípios: monarquia, Estado, independência e progresso civil e político (MONTANELLI, 2013, p.259), que naquele contexto significavam a defesa da monarquia e do processo de unificação nacional, bem como a continuidade da realização das reformas internas no reino, que buscavam o progresso da sociedade e da economia. Objetivava-se por meio do *connubio*, alçar Rattazzi ao posto de presidente do conselho, sucedendo D'Azeglio, no entanto, os impasses durante a sucessão, bem como as desconfianças de Azeglio possibilitaram que Camilo Benso di Cavour fosse finalmente alçado ao posto de primeiro-ministro, iniciando seu ministério em 04 de novembro de 1852 (MONTANELLI, 2013, p.264).

Ainda que essas manobras que o permitiram ascender ao posto de presidente do conselho possam ser consideradas inadequadas ou antiéticas, Montanelli aponta que Cavour era um estadista, um hábil político e, acima de tudo, um homem de manobras, o qual não hesitaria em se aproveitar de oportunismos, jogos duplos ou jogos baixos, já que o funcionamento da política em seu tempo permitia manobras nesse modelo (2013, p.264). Ao conseguir chegar ao poder, pôde governar com uma base de apoio forte o suficiente graças ao *connubio* com Rattazzi, a qual foi mantida até pelo menos 1857 (BEALES & BIAGINI, 2002, p.111).

²⁶ Termo que em italiano faz referência a uma espécie de casamento.

Assim que seu ministério teve início, defrontou-se com uma questão espinhosa: a necessidade de encontrar uma solução para o atrito com a Igreja Católica, que perdurava desde 1850 quando da implementação das Leis de Siccardi. Cavour havia recebido do rei Vítor Emanuel II a incumbência de solucionar esta questão, contudo, ambos possuíam concepções distintas acerca deste assunto; enquanto o rei defendia a necessidade de solucioná-la, Cavour acreditava que este *ultimatum* poderia coloca-lo em uma linha tênue, pois para ele a realização de uma conciliação com a Igreja Católica poderia significar o recuo do movimento pela unidade nacional, ao passo que a manutenção desta política antipapal levaria ao avanço do movimento (COPPA, 1973, p.106).

Ainda que o rei tenha sido obrigado a ceder à concepção de seu primeiro-ministro, algumas leis que poderiam agravar ainda mais as tensões não foram mantidas, a exemplo daquelas que estabeleciam o casamento civil e o divórcio (SCIROCCO, 2004, p.377). No entanto, a decisão por não manter estas leis não significou o arrefecimento da política antipapal, nem do processo de laicização do reino.

Ainda que Cavour tenha governado de maneira quase que ininterrupta entre 1852 e 1861, quando de sua morte (DUGGAN, 2016, p.149), uma das breves interrupções de seu mandato ocorreu em 1854 por conta da chamada Crise Calabiana. Para que pudesse dar continuidade à política de modernização do reino e, posteriormente criar uma infraestrutura forte o suficiente para sustentar a presença piemontesa na Crimeia, Cavour estabeleceu a supressão de Ordens Monásticas que não tivessem vida prática efetiva, a exemplo das Ordens Mendicantes, como as dos franciscanos e capuchinhos (BEALES & BIAGINI, 2002, p.112). Novamente, a hesitação do rei em aceitar os termos da política de seu primeiro-ministro resultou em uma linha de atrito, que fez com que Cavour se demitisse, entretanto, Vítor Emanuel II viu-se obrigado a chamá-lo novamente para o cargo e aceitar a sua proposta de lei.

Ao longo de seus sucessivos mandatos, Cavour manteve a sua política de modernização do reino. Algumas das realizações mais destacadas foram as reformas do Exército e da Marinha, esta última baseada fortemente no modelo

do almirantado britânico (BEALES & BIAGINI, 2002, p.110). As indústrias e as ferrovias continuaram florescendo de forma exponencial, fazendo com que o Estado sardo-piemontês se tornasse o Estado mais liberal e progressista de toda a Península Itálica, conforme apontam Beales e Biagini (2002, p.110). Alfonso Scirocco, autor da obra *Il Risorgimento Italiano*, também analisou o crescimento industrial e ferroviário promovido por Cavour, segundo ele:

Assim, enquanto em 1849 foram abertos 49 quilômetros de ferrovias, 56 em 1850 e apenas 22 em 1851, foram abertos outros 94 em 1853, 184 em 1854, 147 em 1855, 140 em 1856, 114 em 1857, 110 em 1858. Em abril de 1859 a rede ferroviária do reino se estendia por 914 quilômetros. As principais linhas eram a Turim-Gênova (168 km), a Turim-Novara-Ticino (109 [km]), a Alessandria-Arona (102 [km]) (tradução nossa, grifo nosso) (2004, p.360)²⁷.

Feita a apresentação destes eventos ocorridos entre 1849 e 1855, entre o fim da Primeira Guerra de Independência Italiana e os primeiros anos do gabinete do Conde Cavour, é conveniente retomar algumas ponderações teóricas acerca da mobilização do nacionalismo e da correlação entre as políticas interna e externa, apresentadas por Eric J. Hobsbawm e Pierre Milza, respectivamente.

No que concerne ao nacionalismo, Hobsbawm indicou em sua obra já mencionada que entre 1830 e 1880, o princípio das nacionalidades levou à ocorrência de mudanças no mapa europeu (1990, p.35), e uma delas foi consequência da política externa de Cavour, a qual foi responsável tanto pela projeção da causa italiana, quanto pela concretização da unificação ao longo da década de 1860. Neste mesmo contexto, o princípio das nacionalidades e os conceitos de nação e nacionalismo associaram-se bastante ao discurso liberal, nos sentidos político e econômico; em relação ao primeiro caso, o discurso nacionalista associou-se às reivindicações pela soberania política e

²⁷ Texto Original em Italiano: Così, mentre nel 1849 furono aperti 40 chilometri di ferrovie, 56 nel 1850 e solo 22 nel 1851, ne furono aperti 94 nel 1853, 184 nel 1854, 147 nel 1855, 140 nel 1856, 114 nel 1857, 110 nel 1858. All'aprile del 1859 la rete ferroviaria del regno si estendeva per 914 chilometri. Le principali linee erano la Torino-Genova (168 km), la Torino-Novara-Ticino (109[km]), l'Alessandria-Arona (102[km]).

pela defesa de que as nações deveriam constituir-se em Estados (HOBSBAWM, 1990, p.31-36).

Em relação à nuance econômica do nacionalismo e sua associação com o discurso liberal, ocorreu uma correlação com o processo de modernização econômica em curso. Ao longo de sua obra, o autor indicou que a moderna concepção de nação é decorrente das inovações ocorridas após a Revolução Francesa e à expansão do fenômeno da industrialização, o que fez com que a modernização fosse atrelada também ao discurso nacional. Nesse sentido, de acordo com a influência do liberalismo econômico na construção desta moderna concepção de nação, as nações precisariam ser viáveis economicamente, o que significa dizer que os Estados, cuja criação era almejada por estas nações, deveriam possuir alguma forma de sustento após o alcance de suas independências (HOBSBAWM, 1990, p.44).

Assim, pode-se dizer que as medidas promovidas por Cavour convergiam com estes elementos apontados pelo autor, já que a modernização interna permitiu tanto a aproximação do Piemonte com tudo aquilo que lhe poderia unir aos demais países da Europa Ocidental, quanto a manutenção da liderança piemontesa no processo de unificação, fazendo com que o projeto nacional proposto pelos dirigentes piemonteses fosse viável.

Estas reformas internas, sobretudo aquelas referentes ao Exército e à Marinha, também evidenciam outro fundamento teórico presente na obra de Hobsbawm, que é justamente a capacidade de expansão como um dos elementos responsáveis por fazer com que um povo possa ser considerado uma nação. São três os pontos elencados por ele que fazem com que um povo atinja o *status* de nação: a associação histórica com um Estado já existente ou com um passado recente e razoavelmente durável, a presença de uma elite com capacidade para a criação de um vernáculo e, a capacidade para conquista (1990, p.49).

No caso italiano, o primeiro caso não se aplica, pois nunca houve um Estado unificado na Península Itálica; em relação ao segundo, já havia um ímpeto para a criação do idioma vernáculo italiano por influência do nacionalismo cultural que já vinha se desenvolvendo na península. O terceiro

caso, por sua vez, torna-se aplicável quando são relacionadas as reformas nas Forças Armadas mencionadas anteriormente às guerras de unificação e, até mesmo, à participação piemontesa na Guerra da Crimeia, que será analisada na segunda seção do próximo capítulo.

Acerca das pontuações apresentadas por Milza, convém indicar também que as reformas promovidas por Cavour relacionam-se diretamente às medidas no âmbito da política externa, mais especificamente à projeção da causa italiana. Em seu capítulo intitulado *Política Interna e Política Externa*, presente na compilação *Por Uma História Política*, organizada por René Rémond, o historiador francês analisou a inter-relação entre as duas dimensões da política, a interna e a externa e ponderou que a constatação desta inter-relação encontra-se na confluência da História Política com a História das Relações Internacionais e, foi possibilitada graças aos estudos de historiadores e internacionalistas como Jean-Baptiste Duroselle, Pierre Renouvin e Raymond Aaron (MILZA, 2003, p.365-366).

Após esta constatação, Milza apontou que não existem mais apenas assuntos estrangeiros, mas sim uma tradução das políticas internas, ou seja, uma capacidade de expansão para o exterior das prioridades internas (2003, p. 369). Aplicando este debate teórico, é possível pontuar que as medidas tomadas por Cavour, no que concerne às reformas nos setores bélico e industrial, inserem-se em propósitos maiores, que correspondiam à necessidade de levar a causa italiana para o cenário europeu, além de promover uma preparação bélica vista como necessária para a consecução da unidade nacional, já que era sabido que em algum momento um novo conflito deveria ocorrer.

Ademais, para que o Estado sardo-piemontês mantivesse a sua posição de liderança dentro do processo de unificação nacional, era preciso construir toda uma estrutura que favorecesse a manutenção dessa posição e, a formação desta estrutura ocorreu no plano interno por meio da permanência de seu estatuto e do desenvolvimento bélico e industrial propiciado pelas reformas de Cavour. Retomando as ponderações de Milza, a concretização no plano interno de que as rédeas do *Risorgimento* permaneceriam nas mãos do reino sabaudo

permitiram assim que a busca pelo atingimento da unidade fosse projetada no plano externo por meio da participação na Guerra da Crimeia e do estabelecimento das Convenções de Plombières, que serão analisadas mais detidamente no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

DA CRIMEIA PARA A EUROPA, DE PLOMBIÈRES PARA A ITÁLIA: A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DA CAUSA ITALIANA

2.1 As Relações Internacionais Europeias no Século XIX

O historiador francês René Rémond intitulou em uma de suas principais como *O Século XIX 1815-1914*, estabelecendo uma periodização para os Oitocentos que difere daquela apresentada convencionalmente, que demarca a duração do século XIX entre 1801 e 1900. Esta diferente demarcação iniciada em 1815 leva em consideração os impactos do Congresso de Viena e do processo de Restauração estabelecido a partir dali para o quadro político e internacional europeu.

Como foi apresentado na introdução, o Congresso de Viena deu início ao momento da História Política europeia conhecido como Restauração, o qual representou o ímpeto das potências absolutistas europeias em reprimir quaisquer manifestações de cunho liberal e nacionalista, além de evitar a ascensão de uma potência com pretensões hegemônicas, a exemplo da França napoleônica. Em sua obra intitulada *A Europa de 1815 aos nossos dias*, Jean-Baptiste Duroselle indica que as definições do Congresso de Viena foram fundamentais para as Relações Internacionais Europeias dos Oitocentos, já que os seus princípios ficaram vigentes ao longo da primeira metade do século XIX, mais especificamente no período entre 1815 e 1851 (DUROSELLE, 1985, p.25).

Duroselle aponta também que salvo raras exceções ocorridas dentro deste recorte temporal a reação saiu vitoriosa (1985, p.25). A partir do Congresso de Viena, foi estabelecido no cenário político europeu aquilo que Amado Cervo (2008, p.49) definiu como um sistema de hegemonia coletiva, cujas principais características eram o exercício coletivo do poder decisório no cenário europeu e o bloqueio às tentativas de projeção hegemônica por parte de uma única potência.

Esse sistema de hegemonia coletiva ficou evidente em ações como a formação da Santa Aliança, grupo formado pelas potências absolutistas e

reacionárias europeias, a saber, a Áustria, a Rússia e a Prússia, a qual foi acrescida posteriormente da Inglaterra, que aderiu à aliança em 20 de novembro de 1815, embora não partilhasse da defesa de intervenções, tampouco do regime político absolutista (CERVO, 2008, p.50). Já contando com grande eficácia na realização de seus objetivos, a Quádrupla Aliança, nome pelo qual este grupo passou a ser chamado após o ingresso britânico, passaria a contar com um novo participante: a França.

A admissão francesa no grupo das quatro grandes ocorreu após a realização da Conferência de Aix-La-Chapelle, ocorrida em 1818, a qual estabeleceu também a desocupação militar do país, que persistia desde o Congresso de Viena. Com o ingresso francês, a aliança passou a ser conhecida como Quíntupla Aliança ou Concerto Europeu e também ficou estabelecida a realização de congressos regulares com a finalidade de examinar questões delimitadas e estabelecer intervenções nas localidades em que ocorressem insurreições que pusessem em risco tanto a vigência dos ideais da Restauração, quanto a permanência da hegemonia coletiva.

Na década seguinte, quando o continente europeu foi assolado por eventos insurrecionais iniciados na Espanha e, brevemente, expandidos para Portugal e a Península Itálica, foram realizados congressos em Troppau (1820) e Laybach (1821), os quais incumbiram os austríacos do desmonte da Monarquia Constitucional Parlamentar estabelecida em Nápoles e, também em Verona (1822), o qual determinou que uma intervenção francesa deveria colocar fim à experiência constitucional e liberal presente desde 1820 na Espanha (DUROSELLE, 1985, p.25-26).

Embora não seja objetivo deste capítulo debater o posicionamento específico dos membros da Quíntupla Aliança, convém retomar uma ponderação feita pelo historiador brasileiro e especialista em relações exteriores Amado Cervo, em que o mesmo indica uma contradição do posicionamento britânico dentro do Concerto Europeu, pois os britânicos buscaram resguardar as independências das ex-colônias hispânicas na América, visando à manutenção da garantia de seus *status* de Estados emancipados, de um possível avanço recolonizador por parte dos espanhóis,

entretanto, o mesmo ímpeto não se verificou no cenário europeu, pois não ficou demonstrada a mesma oposição tenaz diante da realização das intervenções austriaca e francesa em Nápoles e na Espanha (2008, p.51).

Conforme foi indicado anteriormente, a reação reinou soberana ao longo da primeira metade daquele século, contudo, houve raras exceções que mitigaram a velha ordem em localidades específicas. Em 1821, a Grécia iniciou o seu processo de independência em relação ao domínio turco-otomano, contando com apoio de três dos cinco membros da Quíntupla Aliança: França, Inglaterra e Rússia, as quais tiveram seus interesses em relação ao Império Turco-Otomano muito bem delimitados por Cervo em seu capítulo intitulado *Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871)*, presente no livro *História das Relações Internacionais Contemporâneas: Da sociedade internacional do século XIX à era da globalização* compilado por José Flávio Sombra Saraiva, onde ele aponta que os ingleses buscavam a manutenção da existência do Império Otomano, enquanto os franceses visavam à repartição, e os russos ao seu esfacelamento (2008, p.52).

Em relação ao movimento pela independência grega, é conveniente pontuar que ele, de certa forma, atraiu tanto liberais, principalmente aqueles defensores do filelenismo, os quais defendiam a luta nacional dos gregos por conta do legado que a Grécia havia deixado para a humanidade, quanto os conservadores, que enxergavam a Independência da Grécia como uma luta entre cristãos e ortodoxos (DUROSELLE, 1985, p.26).

Pouco menos de 10 anos após o início da independência grega, a Europa presenciou novamente o início de um movimento que buscava subverter a velha ordem em defesa dos ideais nacionalistas, desta vez na Bélgica. Graças às determinações do Congresso de Viena, os belgas ficaram subordinados à dominação holandesa, ainda que possuíssem diferenças econômicas, políticas e culturais significativas em relação aos holandeses. O processo de independência, que irrompeu em 1830, estava sendo preparado desde 1828 por meio de uma união entre católicos e liberais anticlericais, já que ambos se opunham ao Absolutismo perpetrado pelo monarca neerlandês (DUROSELLE, 1985, p.24).

Assim como o movimento ocorrido na Grécia, os belgas também foram bem sucedidos em seu projeto de constituir um Estado-nação livre da dominação estrangeira e, regido por uma monarquia constitucional; paulatinamente, o ordenamento reacionário colocado em prática após o Congresso de Viena estava sendo solapado pelo advento do princípio das nacionalidades, entretanto, ainda tardaria para que ele solapasse em definitivo as legitimidades dinásticas.

Em 1848, um novo golpe foi desferido contra a reação: o início das insurreições e levantes populares conhecidos como a Primavera dos Povos. No caso da Península Itálica, como foi debatido no capítulo anterior, o fracasso da primeira tentativa de unificação foi bastante instrutivo e a principal das lições foi a necessidade de obter o apoio de uma grande potência estrangeira (DUROSELLE, 1985, p.28).

Como também foi apontado por Duroselle, após 1848 apenas o projeto monárquico passou a subsistir (1985, p.28) e, a principal razão desse fato foi o enfraquecimento do projeto republicano ao longo da década de 1850, evidente de modo destacado na repressão do movimento orquestrado pelo *Partito d'Azione*²⁸ em Milão em 1853 (HEARDER, 1994, p.73) e também no reconhecimento por parte do próprio Giuseppe Mazzini, em 1855, de que o projeto monárquico-constitucional sardo-piemontês seria o mais apropriado para a concretização da Unificação da Itália (RENOUVIN, 1960, p.365).

Nos anos posteriores, a organização do movimento de unificação nacional em torno da monarquia piemontesa foi se mostrando cada vez mais consistente, principalmente a partir de 1857 quando da criação da *Società Nazionale*, grupo surgido por iniciativa de Giorgio Pallavicino e Danielle Manin, do qual faziam parte também Giuseppe Garibaldi e Cavour (HEARDER, 1994, p.102-109), e que foi justamente de onde este último conseguiu sua base de sustentação política após 1857.

²⁸ Tradução do Italiano: Partido de Ação ou para Ação. Organização política criada com o intuito de orquestrar as ações dos *mazzinianos* e republicanos após a queda da República Romana. É conveniente indicar que o enfraquecimento do *mazzinianismo* na década de 1850 não significou o seu desaparecimento, já que houve duas expedições, uma em Cagliari e outra em Sapri. Para mais informações, ver: COPPA, Frank J. **Camillo di Cavour**. New York: Twayne Publishers, 1973; HEARDER, Harry. **Cavour**. London and New York: Routledge, 1994.

A partir de 1851, conforme ponderam Cervo (2008, p.54) e Duroselle (1985, p.30), surgiu uma nova geração de estadistas cujos principais expoentes foram Napoleão III, Cavour e Bismarck, que se destacaram pelo fato de terem contribuído para solapar o sistema das legitimidades vigente em nome da construção de uma nova ordem, a qual, por sua vez, seria marcada pela defesa do princípio das nacionalidades, que teve como primeiro defensor Napoleão III, chefe de Estado que havia chegado ao poder na França primeiramente como presidente da Segunda República Francesa e, que foi responsável por desferir um golpe de Estado contra a República em 1851, dando início no ano seguinte ao Segundo Império Francês.

Pode-se inferir com base nos elementos apresentados aqui nesta seção que o funcionamento das relações internacionais no século XIX alterou-se bastante ao longo dele, principalmente por conta de dois aspectos analisados por dois dos principais historiadores das Relações Internacionais, Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, que foram as circunstâncias e os papéis desempenhados pelos homens de Estado respectivamente (CERVO, 2008, p. 49).

No que concerne às circunstâncias, convém destacar o papel das insurreições, tanto daquelas que prosperaram, quanto daquelas que foram reprimidas, dos movimentos nacionalistas e de alguns conflitos como a Guerra da Crimeia e as guerras de unificação italiana e alemã, as quais levaram à reorganização do sistema de hegemonia dentro do continente europeu (CERVO, 2008, p.55).

Em relação aos homens de Estado, a segunda geração de estadistas, da qual fizeram parte Napoleão III, Cavour e Otto von Bismarck, não tinha nenhum compromisso com a manutenção do equilíbrio europeu e do sistema de hegemonia coletiva conforme foi apontado por Cervo (2008, p.49), o que levou à criação de um novo equilíbrio constituído entre 1851 e 1871 com base no princípio das nacionalidades e utilizando-se dos reajustes provocados pelos conflitos mencionados anteriormente.

Jean-Baptiste Duroselle aponta em sua obra *Todo Império Perecerá* que o encaminhamento das ações de política externa é obra dos chefes de Estado

e dos diplomatas e que se trata de um assunto pelo qual geralmente o povo não demonstra interesse (2000, p.97-101). Estes estadistas que se põem a pensar constantemente sobre o futuro buscam uma estratégia de ação por meio da qual possam alcançar os interesses, que corresponde ao que o autor concebe como sistema de finalidade (DUROSELLE, 2000, p.97).

Pode-se dizer levando em consideração essas ponderações apresentadas por Duroselle que os três chefes de Estado supracitados concentraram em suas mãos as ações relacionadas à política externa buscando sempre a consecução de seus objetivos, ou seja, empreendiam suas ações dentro do sistema de finalidade. Napoleão III utilizou-se da participação francesa na Guerra da Crimeia para fazer com que a França despontasse novamente em uma posição central perante as outras potências europeias, além de buscar estender sua hegemonia sobre a Península Itálica, conforme será analisado mais detidamente na terceira seção deste capítulo; e Bismarck não diferiu desta tendência, pois se utilizou amplamente do aparato diplomático, assim como do bélico, para a consecução de alianças ao longo do processo de unificação nacional alemão.

Sobre Cavour, naturalmente as tendências apontam para uma convergência com as ações dos outros dois líderes. Na obra intitulada *As relações entre o Brasil e a Itália: a formação da italianidade brasileira*, Cervo indica que houve um esforço por parte do ministro sardo-piemontês para concentrar em suas mãos as funções de política externa, conforme pôde ser demonstrado na criação do *Ministero degli Affari Esteri*²⁹ ocorrida em 1856 e, que foi fruto das reformas ministeriais promovidas por Cavour, que inclusive desempenhou o cargo de primeiro titular do ministério (2011, p.24), o que acaba por corroborar a ponderação de Pierre Renouvin que analisa a unificação italiana como uma obra de intelectuais e de homens de negócios, e não como um movimento de massa (1960, p.364).

Aplicando o sistema de finalidade nas ações empreendidas por Cavour, analisadas na última seção do capítulo anterior, pode-se inferir que havia uma

²⁹ Tradução do Italiano: Ministério dos Afazeres Externos ou dos Assuntos Externos (tradução nossa).

inter-relação entre as ações executadas internamente com aquilo que se almejava alcançar no âmbito externo. Pode-se dizer que havia um direcionamento para a finalidade de alçar a questão italiana ao posto de questão europeia e, que esta elevação de *status* deu-se por meio da participação italiana na Guerra da Crimeia e, que graças a este acontecimento foi possível obter uma aproximação ainda mais estreita com uma potência europeia, no caso o Segundo Império Francês.

Em síntese, é possível concluir que os planos executados pelo Conde Cavour demonstram que o mesmo aprendeu com as repressões empreendidas pelo Concerto Europeu e pela Áustria; não seria mais possível manter o mesmo lema utilizado durante a Primeira Guerra de Independência Italiana, *L'Italia farà da sè*, era imprescindível para a consecução de seu projeto nacional que o movimento pela unificação nacional italiana tivesse alguma simpatia aos olhos de uma grande força europeia. Assim, por meio do princípio das nacionalidades e em nome do nacionalismo, utilizou-se de meios para constituir um novo equilíbrio europeu, que teria de se importar com a questão italiana cuja projeção deu-se após duas etapas. A Itália estava sendo feita, mas para que isso pudesse acontecer era necessário que a Europa tomasse ciência disso e tivesse alguma participação nessa empreitada.

2.2 *Dalla Crimea all'Europa: A Participação Sardo-Piemontesa na Guerra da Crimeia e a projeção internacional da causa italiana (1855-1856)*

Como foi indicado anteriormente, na segunda metade do século XIX, ocorreu uma série de conflitos que foram responsáveis por reajustar o sistema de equilíbrio e a distribuição das hegemonias dentro do continente europeu: a Guerra da Crimeia e as guerras de unificação da Itália e da Alemanha (CERVO, 2008, p.55). O primeiro conflito mencionado convergiu diretamente com os interesses de Cavour para projetar a causa italiana, sendo apontado por Ottavio Bariè et al em sua obra *Storia delle Relazioni Internazionali: Testi e Documenti (1815-2003)* como a primeira etapa da internacionalização do projeto de unificação nacional (2004, p.39).

Antes de avançar propriamente para a análise do conflito e da participação piemontesa no *front*, é conveniente retomar uma ponderação apresentada por Pierre Milza no seu já mencionado capítulo em que as políticas interna e externa são debatidas de forma relacionada e conjunta (2003); aplicando essa premissa ao caso sardo-piemontês, pode-se perceber que as medidas de política interna já visavam à utilização da política externa como um meio para fazer da questão italiana um tópico de relevância dentro das relações internacionais europeias.

Esta correlação torna-se perceptível, por exemplo, quando é evidenciado o fato de que uma das razões para que Cavour suspendesse o financiamento do Estado às Ordens Monásticas que não tivessem vida prática efetiva era justamente o interesse em canalizar investimentos para custear a expedição de voluntários piemonteses para a Guerra da Crimeia (BEALES & BIAGINI, 2002, p.112). Pode-se inferir então que as ações de política interna e externa complementam-se de forma espelhada, o que significa afirmar que a projeção internacional da busca pela unidade nacional italiana complementa-se com as medidas promovidas no âmbito interno que visavam tanto à modernização do reino, quanto à manutenção da posição de liderança do Piemonte-Sardenha em meio ao processo.

Sobre o conflito, Harry Hearder indica na já mencionada obra, intitulada *Cavour*, que a Guerra da Crimeia iniciou-se como uma querela entre católicos e ortodoxos no continente europeu (1994, p.69). Pode-se afirmar também que esta guerra opôs dois impérios que passavam por momentos distintos ao longo do século XIX; enquanto o Império Russo passava por um momento de destaque entre 1815 e 1848, segundo Paul Kennedy (1989, p.239), o Império Otomano enfrentava um gradual processo de decadência, iniciado em 1821 com a luta de Independência dos gregos, como foi apontado na seção anterior, e que ao longo do século XIX tornou-se ainda mais agudo por conta do avanço de outras nações europeias sobre a Argélia e o Egito, e do surgimento de outros Estados que emergiram de seus domínios, como a Sérvia e a Romênia. O seu paulatino processo de enfraquecimento e desmembramento fazia com que aos olhos da Europa o Império Turco-Otomano fosse considerado um homem doente (RENOUVIN, 1960, p.331).

A partir de 1830, o Império Russo começou a pôr em prática uma série de modernizações (KENNEDY, 1989, p.230), que alguns historiadores analisam como o início de um processo de Revolução Industrial; estas modernizações acabaram por ativar o ímpeto expansionista russo em direção ao Mar Negro e aos Principados da Moldávia e da Valáquia. Em relação aos principados, desde o século XVIII, por meio do Tratado de Kainardji (1774), o Império Russo exercia uma espécie de protetorado sobre os cristãos ortodoxos que habitavam as regiões da Moldávia e da Valáquia (RENOUVIN, 1960, p.342); aos poucos, o interesse russo voltou-se para uma dominação direta sobre estas regiões, ao qual se somava também a busca pelo acesso a “água quentes” (DUROSELLE, 1985, p.26), que se constituía como o cerne das ações expansionistas russas, as quais naturalmente se atritavam com a presença otomana na região.

Contudo, a Guerra da Crimeia não ficou restrita aos embates entre russos e turco-ottomanos, já que ela brevemente adquiriu o *status* de conflito europeu, que acarretaria em um rearranjo entre as forças do continente. Não tardou para que britânicos e franceses demonstrassem suas reticências em relação ao avanço russo sobre as áreas de influência otomana. Para os britânicos, a manutenção da existência do Império Turco-Otomano e, de seu domínio sobre os estreitos do Leste Europeu, era de importância fundamental, pois permitiria que os estatutos dos estreitos estabelecidos em 1841 continuassem existindo (CERVO, 2008, p.55), o que também acarretaria no fácil acesso britânico aos seus domínios territoriais no continente asiático.

Por outro lado, as questões orientais também foram colocadas no centro das atenções da política externa francesa, pois Napoleão III visava subverter a ordem internacional vigente no continente europeu desde 1815, que foi responsável por relegar a França ao posto de potência média, conforme apontou Paul Kennedy em seu livro *Ascensão e Queda das Grandes Potências* (1989, p.224). Buscando garantir a condição de protetor dos cristãos católicos residentes nos domínios turco-ottomanos, o imperador francês percebeu que poderia se utilizar de um possível conflito para colocar em prática sua política revisionista (CERVO, 2008, p.55; RENOUVIN, 1960, p.344).

Em outubro de 1853, teve início a Guerra da Crimeia após o avanço russo sobre a Moldávia e a Valáquia, evento que colocou fim a um período que Hearder considera como excepcionalmente pacífico dentro da História Política Europeia (1994, p.73), pois desde a Batalha de Waterloo³⁰, ocorrida em 1815, não houve nenhum conflito que envolveu as grandes potências europeias (HEARDER, 1994, p.73). Franceses e britânicos formaram uma coligação em 1854 em apoio ao Império Turco-Otomano, ao passo que o Império Russo permaneceu isolado.

O isolamento russo também surpreendeu o czar³¹, que esperava receber o apoio de austríacos e prussianos, já que a Rússia havia auxiliado o Império Austríaco a reprimir a rebelião nacionalista húngara ocorrida no biênio 1848-1849 (KENNEDY, 1989, p.232). Boa parte das operações militares da Guerra da Crimeia ocorreu em torno de Sebastopol, fortaleza russa que permaneceu cercada entre 1854 e o outono de 1855, palco de uma série de violentas batalhas que além de resultarem em um grande número de soldados mortos e feridos, também levaram à disseminação de uma epidemia de cólera entre as tropas, conforme indicou Pierre Renouvin (1960, p.337-338).

O fim do Cerco de Sebastopol trouxe consigo a derrota do Império Russo e o seu consequente enfraquecimento (KENNEDY, 1989, p.229) e, algumas das razões apontadas por Paul Kennedy para o fracasso dos russos foram a baixa quantidade de navios de guerra a vapor em relação àquelas que a coligação pró-otomana tinha a sua disposição, a pequena quantidade de reservistas disponíveis para serem convocados e, o bloqueio comercial imposto à Rússia, o qual afetou duramente as suas exportações (1989, p. 233-234).

Com o fim do Cerco de Sebastopol e a confirmação da derrota russa, as potências europeias reuniram-se em Paris para discutirem as cláusulas definitivas para o término do conflito. Para os russos, além da perda de sua posição de destaque, o fim da guerra também significou o término de seu protetorado sobre os principados cristãos da Moldávia e da Valáquia, bem

³⁰ Batalha que selou a definitiva derrota de Napoleão Bonaparte diante das tropas da Sétima Coligação, lideradas pelo Duque de Wellington, e o seu consequente exílio na Ilha de Santa Helena.

³¹ Nome pelo qual eram conhecidos os imperadores russos.

como o encerramento das pretensões russas sobre o Mar Negro, pois este foi declarado neutro, convergindo diretamente com os interesses britânicos (CERVO, 2008, p.56; RENOUVIN, 1960, p. 342-343). É conveniente indicar também que outra consequência da guerra para o Império Czarista foi a necessidade da promoção de uma reforma interna que abolisse o conservantismo, a qual foi realizada pelo czar Alexandre II em 1861 e que resultou na abolição da servidão (CERVO, 2008, p.56).

O encerramento definitivo do conflito coube às cláusulas do Tratado de Paris, firmado em 30 de março de 1856, o qual além de incorporar os elementos listados acima, também foi responsável pela instauração de uma nova ordem geopolítica no continente europeu, que ficou evidente tanto na unificação dos Principados da Moldávia e da Valáquia, resultando na formação da Romênia (DUROSELLE, 1985, p.31), quanto na emergência do Segundo Império Francês e, consequentemente, do imperador Napoleão III, que passou a desempenhar a função de “árbitro” da Europa nas palavras de Duroselle (1985, p.31).

Em janeiro de 1855, o Reino do Piemonte-Sardenha aderiu à aliança anglo-francesa por meio de um acordo que previa também duas convenções: uma militar e outra de ordem financeira. Conforme o ato de adesão:

S[ua] M[ajestade] o Rei da Sardenha querendo dar às M[ajestades] o Imperador dos Franceses e a Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda todas as provas de amizade que estão em seu poder autorizou que assinasse o ato desta adesão. Como consequência o signatário e[xcelentíssimo] ministro dos Assuntos Externos:

Declara que S[ua] M[ajestade] adere por meio do presente ato à mencionada convenção e às suas cláusulas cujo objetivo não foi ainda alcançado; e se empenha perante S[ua] M[ajestade] o Imperador dos Franceses e S[ua] M[ajestade] a Rainha do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda a proceder conforme o art. 2 até à conclusão dos acordos particulares que regulariam o emprego das forças de terra e de mar, e determinariam as condições e o modo de sua colaboração com aquelas da França e da Grã-Bretanha (tradução nossa, grifo nosso) (BARIÈ et al, 2004, p.41)³².

³² Texto Original em Italiano: S.M. il Re di Sardegna volendo dare alle L.L. M.M. l'Imperatore dei Francesi e la Regina del Regno Unito di Gran Bretagna e d'Irlanda tutte le prove d' amicizia che sono in suo potere ha autorizzato il sottoscritto a dare, a suo nome, atto di questa accessione.

No que concerne às outras duas convenções, elas foram responsáveis por estabelecer que o Reino do Piemonte-Sardenha disponibilizaria um corpo de 15.000 homens para atuar junto das forças da coligação anglo-francesa, e também que, ao longo do conflito, o território piemontês seria defendido contra possíveis ataques, conforme ficou estabelecido nos artigos 1º e 6º respectivamente (BARIÈ et al, 2004, p.41). Os tópicos da convenção financeira, por sua vez, definiram que os custos do envio das tropas para a Crimeia seriam inteiramente dos piemonteses (BARIÈ et al, 2004, p.41).

É conveniente apontar que nem Cavour, nem o Reino do Piemonte-Sardenha possuíam hostilidades em relação ao Império Russo, entretanto, como foi debatido na última seção do capítulo anterior, a política de Cavour caracterizava-se muitas vezes por manobras dúbias (MONTANELLI, 2013, p.264). Em defesa da projeção do movimento pela unificação nacional na mesa de negociações europeias, o Conde Cavour declarou guerra ao Império Russo em 04 de março de 1855 (HEARDER, 1994, p.86).

Assim, não tardou para que os voluntários conhecidos como *bersaglieri*³³fossem enviados para a Crimeia sob o comando do general Alfonso La Marmora. Ainda que a atuação dos expedicionários piemonteses tenha sido destacada na Batalha de Cernaia, ocorrida em 16 de agosto de 1855 (FRIGERIO, 2011, p.96), Renouvin indica que os eventos navais e militares ocorridos durante a Guerra da Crimeia, assim como a própria participação piemontesa no conflito, tiveram menor importância em relação às ações e negociações políticas (1960, p.337).

O principal legado da atuação piemontesa na guerra não foi a obtenção de nenhuma vantagem comercial ou política sobre a região, mas sim a possibilidade de ter representação paritária nas negociações finais ocorridas durante o Congresso de Paris. Logo nos momentos iniciais do congresso,

Di conseguenza il sottoscritto ecc. ministro degli Affari Esteri:/ Dichiara che S.M. Sarda accede col presente atto alla suddetta convenzione in quella delle sue clausole il cui oggetto non è ancora adempiuto; e s'impegna segnatamente a concertarsi, all'occorrenza, con S.M. l'Imperatore dei Francesi e con S.M. la Regina del Regno Unito di Gran Bretagna e d'Irlanda per procedere conformemente all' art. 2 alla conclusione degli accordi particolari che regolerebbero l'impiego delle sue forze di terra e di mare, e determinerebbero le condizioni e il modo della loro collaborazione con quelle della Francia e della Gran Bretagna [...].

³³ Tradução do Italiano: Atiradores ao alvo (tradução nossa).

Cavour consultou Napoleão III sobre o que ele poderia fazer pela Itália (HEARDER, 1994, p.89) e, desde este momento, o imperador francês já apontava para o interesse na constituição de uma Confederação de Estados Italianos chefiados pelo Papa (HEARDER, 1994, p.99-100).

Esta primeira manobra do ministro sardo-piemontês já evidencia que a participação piemontesa na mesa de negociações visava à internacionalização da questão italiana, o que faria com o movimento pela unificação italiana se tornasse um tema de primeira ordem nas relações internacionais europeias. Durante o Congresso de Paris, Cavour utilizou-se da garantia da participação paritária para demonstrar sua oposição à permanência francesa em Roma e austriaca na Romanha, as quais persistiam desde 1849. O posicionamento do ministro piemontês foi replicado com a seguinte colocação vinda do plenipotenciário francês:

O primeiro Plenipotenciário da França relembra que os Estados Pontifícios estão igualmente sob situação anormal; e a necessidade de não deixar aquele país sob as presas da anarquia induziu a França, como também a Áustria, a atender ao apelo da Santa Sé, fazendo com que Roma fosse ocupada pelas suas tropas, enquanto as tropas austriacas ocupavam as Legações (tradução nossa) (BARIÈ et al, 2004, p.42)³⁴.

Após a resposta do representante francês, a fala de Cavour mudou de tonalidade, passando a atacar de maneira mais tenaz a presença austriaca nas Legações da Romanha visto que, segundo ele, a ocupação adquiria cada vez mais uma feição permanente, o que se configuraria num perigo para os sardo-piemonteses (BARIÈ et al, 2004, p.45). É interessante pontuar também a posição demarcada por outro plenipotenciário, o britânico, o qual ponderou que nenhum Estado deveria intervir nos afazeres políticos de outro Estado soberano, mas, segundo ele, existiriam exceções que deveriam ser tratadas tanto como direito, quanto como dever (BARIÈ et al, 2004, p.43). Conforme o posicionamento do plenipotenciário britânico:

³⁴ Texto Original em Italiano: Il primo Plenipotenziario della Francia ricorda inoltre che gli Stati Pontifici sono ugualmente in una situazione anormale; che la necessità di non lasciare il Paese in preda all'anarchia ha indotto la Francia, come pure l'Austria, a rispondere all'appello della Santa Sede, facendo occupare Roma dalle sue truppe, mentre le Truppe Austriache occupavano le Legazioni.

O primeiro Plenipotenciário da Grã-Bretanha [Lord Clarendon] não considera útil ocupar-se das causas que levaram exércitos estrangeiros a diversas partes da Itália; mas acredita que embora admitindo que estas causas tenham sido legítimas, não deixa de ser verdade o fato que resulta em um estado anormal, irregular, que não pode ser justificado por uma extrema necessidade [...] É da opinião, sem dúvidas, que se deva, a princípio, reconhecer que nenhum Governo tem o direito de intervir nos afazeres internos de outros Estados, mas considera que existem casos em que a exceção à tal regra torna-se tanto um direito quanto um dever (tradução nossa) (BARIÈ et al, 2004, p.43)³⁵.

Os posicionamentos dos dois plenipotenciários foram aqui destacados pelo fato de as preferências de Cavour acerca de com qual potência estreitar a aliança oscilarem entre dois Estados: França e Inglaterra. Pierre Renouvin aponta que, ainda que a preferência de Cavour fosse pela Inglaterra, a França acabou se consolidando como a alternativa mais palpável por razões militares que serão melhor desenvolvidas na seção seguinte (1960, p.367).

Outro ponto de vista acerca da escolha do Segundo Império Francês em detrimento da Inglaterra foi apresentado por Christopher Duggan, que ponderou que a maneira categórica com a qual o Conde Cavour demonstrou a sua oposição às ocupações estrangeiras na Península Itálica acabou assustando os britânicos e, consequentemente, afastando-os (2016, p.152-153).

A participação dos piemonteses no conflito ocorrido no Leste Europeu alçou o movimento pela unificação nacional italiana ao posto de questão de interesse europeu, fazendo-a galgar um *status* de “primeira prateleira” dentro do continente. Além de obter a representação paritária na mesa de negociações durante o Congresso de Paris, o primeiro-ministro sardo-piemontês pôde conduzir as negociações que levariam ao estreitamento com o Segundo Império Francês, que se consolidariam com os Acordos de Plombières, firmados em 1858, e as convenções dele derivadas.

³⁵ Texto Original em Italiano: Il primo Plenipotenziario della Gran Bretagna [Lord Clarendon] non ritiene utile occuparsi delle cause che hanno condotto eserciti stranieri in diverse parti d'Italia; ma crede che pur ammettendo che queste cause siano state legittime, non per questo è meno vero che ne risulta uno stato anormale, irregolare, che non può essere giustificato che da un' estrema necessità [...] È d'avviso, senz' alcun dubbio, che si debba, in linea di principio, riconoscere che nessun Governo ha il diritto d'intervenire negli affari interni di altri Stati; ma ritiene vi siano casi in cui l'eccezione a tale regola diviene sia un diritto che un dovere [...].

Em suma, pode-se ponderar que a análise da internacionalização da causa italiana por meio da participação dos *bersaglieri* no teatro de operações ocorrido no Leste Europeu demonstra a aplicabilidade das considerações de Renouvin e Duroselle, indicadas anteriormente. Tanto as circunstâncias, quanto o papel decisório atribuído aos chefes de Estado e, por eles desempenhados, ficam evidentes neste primeiro passo para a projeção da causa italiana. Sem a habilidade de um homem de Estado como Cavour, dificilmente o Reino do Piemonte-Sardenha interviria em um conflito do qual não era parte interessada e, graças às circunstâncias, a sua participação no Congresso de Paris levou-o a firmar aquela que seria uma aliança fundamental para a garantia da vitória sobre os austríacos.

2.3 Da *Plombières all'Italia*: Os Acordos de *Plombières* e o estabelecimento da Aliança Franco-Piemontesa (1858)

As circunstâncias e o papel decisório atribuído aos homens de Estado, bem como a capacidade que estes possuem de centralizar em suas mãos as ações relacionadas à política externa, a qual foi apontada por Duroselle em uma de suas obras mencionadas (2000, p.97-101), confluíram para o estabelecimento de uma aliança cujas repercussões não se restringiriam aos rumos políticos da Península Itálica, mas também de toda a Europa de forma geral.

Após desferir o golpe que pôs fim à Segunda República Francesa e deu início ao Segundo Império, Napoleão III despontou como um defensor do princípio das nacionalidades, e que nutria grande simpatia pela Itália. Durante as reuniões do Congresso de Paris, já havia acenado positivamente para a possibilidade de auxiliar Cavour na sua busca pela concretização da unificação italiana, entretanto, ainda que não tardasse para que o apoio francês fosse efetivado e concretizado, também não tardou para que as contradições e as divergências com o projeto monárquico-constitucional do Piemonte-Sardenha ficassem evidentes.

Quando Napoleão III foi consultado por Cavour acerca do que ele poderia fazer pela Itália, a resposta do líder francês foi categórica em defesa da formação de uma Confederação de Estados Italianos. Este primeiro contato remonta ao mês de dezembro de 1855, durante as reuniões do Congresso de Paris e, avançaram naturalmente, já que para Napoleão III “O Piemonte é um aliado natural da França (tradução nossa)”³⁶. É importante indicar que as preferências de Cavour em relação à obtenção de um aliado poderoso para auxiliar a causa italiana não eram pelos franceses, mas sim pelos britânicos, conforme indicou Renouvin (1960, p.367).

Entretanto, foram as circunstâncias, também analisadas por Renouvin, que levaram à aproximação do Reino do Piemonte-Sardenha com o Segundo Império Francês. Um dos motivos já foi mencionado na seção anterior, que foi justamente o afastamento dos britânicos provocado pela tenacidade com a qual o líder piemontês demonstrou a sua oposição à presença de tropas estrangeiras na Península Itálica e a necessidade de se iniciar um conflito contra os austríacos (DUGGAN, 2016, p. 152-153). Renouvin, por sua vez, indicou uma razão de ordem militar que explica a preferência pela França em detrimento da Inglaterra, que era o contingente militar mais expressivo que poderia ser fornecido pelos franceses, ao passo que os britânicos ofereceriam apenas seu poderio marítimo para o caso de ocorrerem operações navais (1960, p.367).

Paul Kennedy também indica que, após o desfecho da Guerra da Crimeia, a França emergiu como uma potência de primeira ordem, decisiva a modificar o equilíbrio no continente europeu e, principalmente, a confrontar a posição hegemônica dos austríacos no norte da Península Itálica (1989, p.228). Diante do contexto e das circunstâncias, o apoio francês à causa italiana fez-se imprescindível e necessário, de acordo com um dos aliados políticos de Cavour: “Quer a gente goste ou não, devemos tê-la como companheira na partida que daqui a não muito tempo ocupará a Europa (tradução nossa)”³⁷ (RENOUVIN, 1960, p.367).

³⁶ Texto Original em Italiano: il Piemonte è un alleato naturale della Francia.

³⁷ Texto Original em Italiano: Ci piaccia o no, noi dobbiamo averla per compagna nella grande partita che fra non molto si impegnerà in Europa.

Em um dos primeiros colóquios realizados entre Cavour e Napoleão III, o imperador francês realizou algumas perguntas ao primeiro-ministro com o intuito de aferir quais seriam os objetivos e a natureza da aliança. Nas palavras de Harry Hearder, os questionamentos foram os seguintes:

- 1^a Qual será o objetivo da guerra?
- 2^a Quais serão as causas ou os pretextos?
- 3^a O tipo de cooperação francesa: a importância das forças de terra e de mar empregadas na guerra italiana
- 4^a Qual será a base das operações do exército francês?
- 5^a Em quais proporções a França e o Piemonte irão suportar as necessidades do conflito?
- 6^a Como as administrações das províncias entregues do jugo austríaco serão organizadas?
- 7^a Qual será a conduta dos Aliados no início do conflito em relação à (ao):
 - Duquesa de Parma
 - Duque de Módena
 - Toscana
 - Papa
 - Rei de Nápoles?
- 8^a Será necessário assinar um tratado e uma convenção militares?
- 9^a O casamento da Princesa Clotilde com o Príncipe Napoleão. Como responder se o imperador faz dela um *sine qua non* da aliança...? (tradução nossa) (CAVOUR-NIGRA, I, p.100 apud. HEARDER, 1994, p.124-125)³⁸.

Entre 1856, quando a aliança começou a ser rascunhada, e 1858, quando de seu estreitamento, ocorreram alguns eventos significativos, foram eles: a ruptura das relações diplomáticas entre o Reino do Piemonte-Sardenha

³⁸ Texto Original em Inglês: 1st What will be the aim of the war?/ 2nd What will be the causes or the pretexts?/ 3rd The manner of France's co-operation: importance of the land and sea Forces employed in the Italian war./ 4th What will be the base of operations of French army?/ 5th In what proportions will France and Piedmont support the needs of the war?/ 6th How will the administrations of the provinces delivered from the Austrian yoke be organized?/ 7th What will the conduct of the allies at the beginning of the war be towards: The Duchess of Parma, The Duke of Modena, Tuscany, The Pope, The King of Naples?/ 8th Will it be necessary to sign a treaty and a military convention?/ 9th The marriage of the Princess Clotilde with Prince Napoleon. How to reply if the Emperor makes this a *sine qua non* of the alliance...?

e o Império Austríaco, em 1857, e o atentado contra a vida de Napoleão III promovido pelo *mazziniano* Felice Orsini (FRIGERIO, 2011, p.97; COPPA, 1973, p.147; HEARDER, 1994, p.113). Em relação a este segundo evento, Orsini orquestrou um atentado contra o imperador francês, lançando três bombas sobre a sua carruagem, entretanto, ele escapou ileso. Houve o temor por parte dos sardo-piemonteses de que este atentado pudesse retardar ou, até mesmo, impedir a consolidação da aliança.

Entretanto, as habilidades dos homens de Estado mostraram-se fundamentais e, o Conde Cavour utilizou-se deste evento para mostrar o quanto necessária e urgente era a consolidação da unidade nacional sob a liderança dos sardo-piemonteses. Diante deste cenário, não tardou para que o estreitamento da aliança fosse efetivado. Por meio de um contato direto e relativamente informal entre Cavour e Napoleão III, os Acordos de Plombières nasceram de um colóquio entre os dois chefes de Estado, ocorrido em julho de 1858, cujas palavras de ordem foram “matrimônio, guerra à Áustria, Reino da Alta Itália (tradução nossa)”³⁹ (CASANA, 2016, p. 52-53).

A primeira consideração de Napoleão III durante o colóquio foi em relação ao objetivo do conflito, que seria o de expulsar os austríacos de toda a Península Itálica e de formar um Reino da Alta Itália após a anexação dos Ducados padanos e da Romanha (CASANA, 2016, p.53). O imperador francês mostrava-se definitivamente decidido a apoiar os piemonteses na luta contra os austríacos. Como consta nos Acordos de Plombières:

Eu havia acabado de entrar em seu estúdio quando o imperador (Napoleão III) abordou a questão, motivo da minha viagem, iniciou dizendo que estava decidido a apoiar a Sardenha com todas as suas forças em uma guerra contra a Áustria desde que ela fosse provocada por uma causa não revolucionária (tradução nossa) (BARIÈ et al, 2004, p.45)⁴⁰.

A aliança com a França para o posterior conflito contra a Áustria estava garantida, entretanto, o imperador alertava para a necessidade de que a guerra não fosse iniciada por uma causa revolucionária, porque, do contrário, haveria

³⁹ Texto Original em Francês: mariage, guerre à l'Austriche, Royaume de Haute Italie

⁴⁰ Texto Original em Italiano: Non appena fui introdotto nel suo studio l'imperatore (Napoleone III) affrontò la questione, ragione del mio viaggio, iniziò dicendo di essere deciso ad appoggiare la Sardegna con tutte le sue forze in una guerra contro l'Austria purchè la guerra fosse intrapresa per una causa non rivoluzionaria.

o risco de todas as grandes potências realizarem uma intervenção contrária à aliança franco-piemontesa, o que despertava a cautela de Napoleão III, o qual apontava que não era de seu interesse enfrentar toda a Europa (RENOUVIN, 1960, p.372).

É conveniente apontar também que a fala do imperador francês não foi direcionada a um possível interesse na busca pela concretização da unificação italiana, o que pode ser compreendido como uma primeira demonstração da incoerência da aliança. Como Pierre Renouvin indica em sua obra *Storia della politica mondiale: II Secolo XIX 1815-1871*, Napoleão III já demonstrava que seu interesse em relação à guerra contra a Áustria não era propriamente na efetivação da unidade nacional italiana, mas sim em fazer do futuro Reino da Alta Itália um Estado Satélite da França, que aconteceria graças ao inexorável enfraquecimento austríaco (1960, p.370).

O próprio Napoleão III já indicava não desejar a unificação territorial, mas sim a independência, em suas palavras: “eu não quero a unificação, mas sim a independência (tradução nossa)”⁴¹ (RENOUVIN, 1960, p.372), contudo, a segurança da aliança contra os austríacos já bastava para o Conde Cavour. Durante os Encontros de Plombières, o imperador francês evidenciou novamente o seu interesse na formação de uma Confederação de Estados Italianos sob a presidência honorária do Papa. Conforme as atas do encontro:

E depois, como organizar a Itália? Após longas discussões, das quais pouparei o relato à V[ossa] M[ajestade], chegamos mais ou menos às seguintes bases, embora reconhecendo que elas estão suscetíveis a serem modificadas pelos desdobramentos da guerra. O vale do Pó, a Romanha e as Legações constituiriam o reino da Alta Itália, sobre o qual reinaria a Casa de Saboia. Deixar-se-ia ao Papa Roma e o território que a circunda. O restante dos territórios do Papa com a Toscana formariam o Reino da Itália Central. Não se modificaria o quadro territorial do Reino de Nápoles. Os quatro Estados formariam uma confederação no modelo da Confederação Germânica, da qual se daria a presidência ao Papa para compensá-lo pela perda da melhor parte de seus territórios (tradução nossa, grifo nosso) (BARIÈ et al, 2004, p.46)⁴².

⁴¹ Texto Original em Italiano: Io non voglio l'unità, ma l'indipendenza.

⁴² Texto Original em Italiano: [...] Ma poi, come organizzare l'Italia? Dopo lunghe discussioni, di cui risparmio il racconto a V.M., avremmo più o meno convenuto le basi seguenti, pur riconoscendo che esse erano suscettibili di essere modificate dalle vicende della guerra. La

Ainda que não estivesse de acordo com o projeto de confederação, Cavour aceitou a proposta de Napoleão III, conforme aponta Frank J. Coppa (1973, p.149). Por meio desta organização idealizada para o quadro político e territorial da Península Itálica, o Reino do Piemonte-Sardenha obteria os Ducados de Parma e Módena, que já haviam demonstrado interesse em se fundir aos domínios sabaudos em 1848, e que o próprio Cavour tinha alguma esperança de obtê-los durante as negociações para o fim da Guerra da Crimeia (FRIGERIO, 2011, p.96), e a região da Romanha, que à época estava ocupada pelo exército austríaco. Além, é claro, dos territórios correspondentes ao Reino Lombardo-Vêneto, os quais também seriam incorporados aos domínios sardo-piemonteses, após o desfecho do futuro conflito contra a Áustria.

Em relação aos Estados Pontifícios, ainda que seu território estivesse fadado a ser bastante reduzido em decorrência do novo ordenamento político e territorial da península após a guerra, o Papa conservaria o Patrimônio de São Pedro, equivalente a Roma, e receberia como compensação pela perda de suas posses, a presidência honorária da confederação a ser formada na Península Itálica. É importante ressaltar que o interesse na concessão da presidência da confederação ao Papa visava agradar aos católicos franceses, já que a manutenção do seu apoio ao regime imperial era essencial para que ele continuasse existindo (RENOUVIN, 1960, p.377).

Ainda sobre as negociações estabelecidas durante os Acordos de Plombières, Napoleão III demonstrou interesse na obtenção de dois territórios que faziam parte do reino sardo-piemontês, Nice e Savoia; o que demonstra que além do intuito de fazer com que a influência francesa fosse substancial em Turim e a soberania do Papa fosse mantida, havia o objetivo de obter ganhos territoriais em meio à conquista da unificação nacional. Como constam nos acordos:

Depois de termos regulado o destino futuro da Itália, o Imperador perguntou-me o que a França obteria e se V[ossa]

valle del Po, le Romagne e le Legazioni costituirebbero il regno dell'Alta Italia, sul quale regnerebbe la Casa di Savoia. Si lascerebbe al Papa Roma e il territorio che la circonda. Il resto dei territori del Papa con la Toscana formerebbe il Regno dell'Italia Centrale. Non si modificherebbe l'assetto territoriale del Regno di Napoli. I quattro Stati formerebbero una confederazione sul modello della Confederazione Germanica, della quale si darebbe la presidenza al Papa per consolarlo della perdita della parte migliore dei suoi Stati [...].

M[ajestade] cederia a Savoia e o Condado de Nice. Respondi que V[ossa] M[ajestade], professando o princípio das nacionalidades, compreendia que a Savoia deveria ser incorporada à França, embora custasse imensamente renunciar a uma localidade que fora o berço da sua família e a um povo que dera tantas provas de afeto e devoção. Em relação a Nice, a questão era diferente, já que os Niçardos, pelas suas origens, língua e costumes pertencem mais ao Piemonte do que à França, e que consequentemente a anexação deles ao Império seria contrária ao mesmo princípio pelo qual se está disposto a pegar em armas (tradução nossa, grifo nosso) (BARIÉ et al, 2004, p.46)⁴³.

A concessão de Nice e Savoia foi considerada um elemento fundamental para a efetivação da aliança, entretanto, as pretensões do imperador francês divergiam daquele princípio defendido tanto por Napoleão III, quanto por Cavour, que era justamente o princípio das nacionalidades. Ainda que a Savoia fosse o berço da dinastia reinante no Piemonte-Sardenha, não houve objeções à proposta de sua transferência ao domínio francês, entretanto, o impasse ocorreu em relação a Nice, já que sobre esta província, por sua vez, a questão era diversa, pois era considerada muito mais próxima do Piemonte, e consequentemente do almejado Estado Italiano, do que da França, o que fez com a questão ficasse suspensa (CASANA, 2016, p.53).

Outro ponto relacionado aos acordos, que é conveniente de destacar foi a pretensão de unir ainda mais os dois Estados por meio de um casamento entre a Princesa Clotilde, filha do rei Vítor Emanuel II, com o Príncipe Napoleão, primo do imperador francês, entretanto, esta questão também se configurou num impasse dada a grande diferença de idade entre ambos e a má fama associada à figura do primo do imperador, considerado um irresponsável e devasso (COPPA, 1973, p.147-148). Ainda que o casamento não tenha sido considerado condição *sine qua non* durante o acordo, as reticências existentes por parte da princesa e do rei foram contornadas graças às habilidades do Conde Cavour, que persuadiu a princesa da necessidade da realização do

⁴³ Texto Original em Italiano: Dopo aver regolato la sorte futura dell'Italia, l'Imperatore mi domandò cosa otterrebbe la Francia e se V.M. cederebbe la Savoia e la Contea di Nizza. Risposi che V.M., professando il principio di nazionalità, comprendeva derivarne che la Savoia dovesse essere riunita alla Francia; che di conseguenza era pronta a farne sacrificio sebbene le costasse imensamente rinunciare ad un paese che era stato la culla della sua famiglia e ad un popolo che aveva dato ai suoi tante prove di affetto e devozione. Che, quanto a Nizza, la questione era diversa, poichè i Nizzardi, per le loro origini, lingua ed abitudini appartengono più al Piemonte che alla Francia, e che di conseguenza la loro anessione all'Impero sarebbe contraria a quello stesso principio per il trionfo del quale ci si apprestava a prendere le armi [...].

casamento para a consecução da unidade nacional, fazendo com que o casamento fosse realizado posteriormente. Nas palavras de Cavour em relação ao rei: "Apenas por ele ter um caráter extraordinariamente fraco, não aguenta ser realmente firme com ela, quer ser visto como alguém obrigado a ceder por uma necessidade política (tradução nossa)"⁴⁴(COPPA, 1973, p.151).

O encontro, ocorrido em 21 de julho de 1858 (COPPA, 1973, p.148), gerou uma série de cláusulas consideradas necessárias para o estabelecimento da aliança, as quais foram publicadas em Turim, no dia 12 de dezembro, e em Paris, quatro dias mais tarde, conforme aponta Paolo Casana em seu capítulo *I Trattati Franco-Subalpini trai I 1858 e il 1860* (2016, p.54). O texto final publicado em janeiro de 1859, possuía seis cláusulas, as quais serão analisadas mais minuciosamente a seguir, entretanto, Casana indica que houve um anteprojeto elaborado por Cavour, que apresentava mais cláusulas e atribuía uma maior relevância ao Piemonte em relação aos Impérios Francês e Austríaco (2016, p.56-57).

Dentre estas cláusulas propostas por Cavour, é conveniente destacar quatro: a especificação de que o propósito da guerra era o de libertar toda a Itália da dominação estrangeira (art.5º), a participação piemontesa nas tratativas de paz (art. 7º), apenas a Savoia passaria ao controle francês em respeito ao princípio das nacionalidades (art. 12º) e, a abertura para a possibilidade do ingresso russo na aliança franco-piemontesa (art. 13º). Conforme ponderado por Casana:

Especificava-se que o propósito da guerra teria sido o de libertar toda a Itália da ocupação estrangeira (art. 5), seria prevista a participação do Reino da Sardenha nas tratativas de paz (art.7) [...] apenas a Savoia, e não Nice, passaria à França, em nome do <<princípio das nacionalidades>> (art.12), abria-se à Rússia a possibilidade de aderir à aliança entre a França e o Reino da Sardenha (art. 13) (tradução nossa) (CASANA, 2016, p.56-57)⁴⁵.

⁴⁴ Texto Original em Inglês: Only as he has an extraordinarily weak character, he does not dare to be really firm with her, he wants to appear in her eyes as one obliged to yield to a political necessity

⁴⁵ Texto Original em Italiano: [...] si specificava che lo scopo della guerra sarebbe stato quello di liberare tutta l'Italia dall'occupazione straniera (art.5); veniva prevista la partecipazione del Regno di Sardegna alle trattative di pace (art.7) [...] solo la Savoia, e non Nizza, sarebbe

Entretanto, a convenção defensiva e ofensiva estabelecida entre ambas as partes, que foi publicada em janeiro de 1859 possuía apenas seis cláusulas, além de seus acréscimos por meio de convenções militares e financeiras. As seis cláusulas apresentavam a seguinte conformação:

Art.1- No caso de um ato agressivo por parte da Áustria a guerra entre S[ua] M[ajestade] o Rei da Sardenha e S[ua] M[ajestade] o Imperador da Áustria, uma aliança ofensiva e defensiva será concluída entre S[ua] M[ajestade] o Imperador dos franceses e S[ua] M[ajestade] o Rei da Sardenha.

Art.2 – O propósito da aliança será o de libertar a Itália da ocupação estrangeira, de satisfazer os votos das populações e de prevenir o retorno das complicações que levariam à guerra e que colocam incessantemente em perigo a tranquilidade da Europa, constituindo, se o êxito da guerra assim o permitir, um Reino da Alta Itália com cerca de 11 milhões de habitantes.

Art. 3. – Em nome do mesmo princípio o Ducado de Savoia e a Província de Nice serão incorporadas à França.

Art. 4 – Seja qual for o rumo dos acontecimentos, aos quais a guerra pode ocasionar, fica expressamente estipulado, pelo interesse da Religião Católica, que a soberania do Papa seja mantida.

Art.5- Os custos da guerra serão sustentados pelo Reino da Alta Itália.

Art.6- As Altas Partes Signatárias se empenham a não acolher abertura, nem alguma proposta que tenda ao cessar das hostilidades sem que seja previamente deliberado em comum (tradução nossa, grifo nosso) (BARIÈ et al, 2004, p.48)⁴⁶.

Como ficou estipulado por esta convenção, conhecida como a convenção defensiva e ofensiva de janeiro de 1859, no art.1º, havia a

passata alla Francia, in nome del <<principio di nazionalità>> (art.12); si apriva alla Russia la possibilità di aderire all'alleanza tra Francia e Regno di Sardegna (art.13) [...].

⁴⁶ Texto Original em Italiano: Art.1 – Nel caso in cui in seguito ad un atto aggressivo dell'Austria la Guerra venisse a scoppiare tra S.M. il Re di Sardegna e S.M. l'Imperatore d'Austria, una alleanza offensiva e difensiva sarà conclusa fra S.M l'Imperatore dei francesi e S.M. il Re di Sardegna./ Art. 2 – Lo scopo dell'alleanza sarà di liberare l'Italia dall'occupazione austriaca, di soddisfare i voti delle popolazioni e di prevenire il ritorno delle complicazioni che avrebbero dato luogo alla guerra e che mettono incessantemente in pericolo la tranquillità dell'Europa, costituendo, se l'esito della guerra lo permette, un Regno dell'Alta Italia di circa undici milioni di abitanti./ Art. 3 – In nome dello stesso principio il Ducato di Savoia e la Provincia di Nizza saranno riuniti alla Francia./ Art. 4 – Quale che sia il corso degli avvenimenti ai quali la guerra potrà dar luogo, è espressamente stipulato, nell'interesse della Religione Cattolica, che la Sovranità del Papa sarà mantenuta./ Art. 5 – Le spese della guerra saranno sostenute dal Regno dell'Alta Italia./ Art. 6 – Le Alte Parti Contraenti si impegnano a non accogliere alcuna apertura né alcuna proposta tendente alla cessazione delle ostilità senza averne preventivamente deliberato in comune [...].

necessidade de que o conflito fosse iniciado obrigatoriamente após uma hostilidade vinda do Império Austríaco (HEARDER, 1985, p.183). Com esta finalidade, Cavour buscou acender as faíscas estabelecendo focos insurrecionais na região do antigo Ducado de Massa e Carrara, que à época fazia parte do Ducado de Módena e consequentemente encontrava-se sob dominação austríaca (HEARDER, 1994, p.126; HEARDER, 1985, p.183); no entanto, os focos de insurreição não surtiram os efeitos esperados e as hostilidades se iniciaram por meio de manobras militares piemontesas na fronteira com o Reino Lombardo-Vêneto, as quais se valiam da prerrogativa de que os rios que circulassem entre dois Estados poderiam ser considerados rios internacionais, conforme as atas do Congresso de Viena de 1815 (HEARDER, 1994, p.95).

Em relação ao artigo 2º, é conveniente apontar que, diferentemente do artigo 5º do anteprojeto redigido por Cavour, o qual definia que o propósito da guerra seria a libertação de toda a Península Itálica da dominação estrangeira, ele restringiu o escopo da guerra à libertação da Itália da dominação austríaca, o que naquele contexto significava libertar o Reino Lombardo-Vêneto, os Ducados da Itália Central e a região da Romanha, e que, por outro lado, permitiria a manutenção tanto da existência, quanto da dominação bourbônica sobre o Reino das Duas Sicílias, pois, ainda que o reino bourbônico estivesse em processo de decadência ao longo dos anos 1850, ele possuía apoio do Império Russo, segundo Frank J.Coppa (1973, p.148).

O artigo 3º reforçou o interesse francês sobre as regiões de Nice e Savoia, pois passou a ser uma das cláusulas da convenção, que passaram ao domínio francês em março de 1860, meses após o desfecho da Segunda Guerra de Independência Italiana, o que desagradou bastante o árduo nacionalista italiano Giuseppe Garibaldi, que aceitou comandar uma força militar mesmo sem saber das pretensões do imperador francês sobre Nice, sua terra natal (COPPA, 1973, p.152).

O artigo 4º estipulou outro interesse que norteava o apoio francês à causa italiana, que era a garantia da soberania papal durante o conflito. Mantendo sua coerência com a presença das tropas francesas guarnecedo

Roma e, com a simpatia dos católicos franceses, Napoleão III visava manter o *status* de Roma como um dos Estados Pontifícios. Contudo, naturalmente as pretensões francesas sobre Roma divergiam daquelas dos piemonteses, já que Cavour defendia ardenteamente a necessidade da incorporação de Roma ao futuro Estado Italiano por meio de princípio de “*Libera Chiesa in Libero Stato*”.

O artigo 5º estabeleceu que as despesas da guerra seriam custeadas pelo Reino da Alta Itália, o que convergia também com aquilo que ficou definido pela convenção financeira da aliança defensiva e ofensiva de 1859 (BARIÈ et al, 2004, p.48). O sexto e último artigo definia que nenhuma das partes poderia conduzir as negociações para o encerramento do conflito sem que a outra parte interessada desse a sua anuência, entretanto, como se ponderava desde os Acordos de Plombières, havia a possibilidade de os rumos da guerra mudarem as cláusulas das tratativas, e foi exatamente o que aconteceu.

As contradições naturalmente ficaram evidentes, pois os franceses não poderiam apoiar a unificação italiana propriamente dita, seja em virtude da necessidade do apoio dos católicos franceses, como também do receio diante da possibilidade da criação de uma potência rival da França no Mar Mediterrâneo, conforme aponta Christopher Duggan (2016, p.152-153). Entretanto, a simpatia de Napoleão III pela causa italiana, a sua ascensão militar após a Guerra da Crimeia, a presença militar francesa em Roma e a busca por enfraquecer a hegemonia austríaca na Península Itálica também devem ser levadas em consideração e, certamente, foram essenciais para que o imperador francês aceitasse estabelecer a aliança com Cavour.

Do ponto de vista piemontês, era necessária a obtenção de um aliado militar que tivesse alguma relação com a causa italiana, e com a Península Itálica em si, e que pudesse fornecer um contingente militar considerável, a exemplo dos 200.000 soldados franceses que foram enviados para lutarem na Segunda Guerra de Independência Italiana (BARIÈ et al, 2004, p.48). Também é pertinente levar em consideração que os processos políticos e econômicos verificados na França funcionavam como uma espécie de farol para os sardo-piemonteses, tanto em relação ao desenvolvimento econômico, quanto em relação ao modo de vida marcado pelo cosmopolitismo burguês, que segundo

Pierre Milza influenciou bastante as diretrizes de política externa tanto do Reino do Piemonte-Sardenha, quanto do Reino da Itália em seus primeiros anos de vida, pois a classe dirigente italiana punha em seu horizonte de atuação os exemplos vindos de seu vizinho do outro lado dos Alpes (2003, p.374-375).

Em síntese, é possível inferir que a segunda etapa da projeção internacional, ou da internacionalização, da causa italiana correspondeu aos Acordos de Plombières, os quais foram essenciais para o desenrolar do movimento de unificação nacional italiano, pela importância do aliado escolhido e pelo contingente militar do qual o mesmo dispunha. Pode-se dizer então que projeção no cenário europeu da luta dos italianos estava completa, a etapa seguinte seria o conflito contra os austríacos, do qual o próprio Cavour tinha ciência de que seria imprescindível.

CAPÍTULO III

A SEGUNDA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA ITALIANA: O OBJETIVO INEXORÁVEL DA PROJEÇÃO ITALIANA

3.1 A Preparação e a deflagração do conflito (1859)

Com a aliança franco-piemontesa garantida, as ações de Camilo Cavour voltaram-se à necessidade do conflito contra os austríacos ocorrer o mais breve possível, devendo ser iniciado, obrigatoriamente, por um ataque vindo do Império Austríaco, como ficou estabelecido na convenção ofensiva e defensiva estabelecida em janeiro de 1859 (BARIÈ et al, 2004, p.48). Além da busca por estratégias que pudessem levar os austríacos a iniciar as hostilidades, houve também todo um esforço para a mobilização do nacionalismo italiano para o conflito cuja ocorrência era iminente.

A mais conhecida mobilização ocorreu durante a sessão de abertura do Parlamento em 10 de janeiro de 1859, que entrou para a história italiana por conta do discurso proferido pelo rei Vítor Emanuel II onde houve a menção a um grito de dor que ecoava de toda a península:

O horizonte em meio ao qual surge o novo ano não é totalmente sereno, entretanto, os parlamentares serão abalados com o entusiasmo habitual [...] <<O nosso futuro será feliz, repousando a nossa política sobre a justiça e sobre o amor pela liberdade e pela pátria. << O nosso país, pequeno de território, adquiriu crédito nos conselhos da Europa, porque é grande pelas ideias que representa, pelas simpatias que ele inspira. <<Esta condição não está livre de perigos já que enquanto respeitamos os tratados, NÃO ESTAMOS INSENSÍVEIS AO GRITO DE DOR, QUE DE TANTAS PARTES DA ITÁLIA CHEGA ATÉ NÓS [...] (tradução nossa) (IL GRIDO..., 2010, p.6)⁴⁷.

Entre janeiro e abril de 1859, as estratégias sardo-piemontesas

⁴⁷ Texto Original em Italiano: L'orizzonte in mezzo a cui sorge il nuovo anno non è pienamente sereno: ciò nondimeno vi accingerete colla consueta alacrità ai vostri parlamentari [...] << Quest' avvenire sarà felice, riposando la nostra politica sulla giustizia, sull'amore della libertà e della patria. <<Il nostro paese, piccolo per territorio, acquistò credito nei consigli d'Europa, perchè grande per le idee che rappresenta, per le simpatie che esso ispira. << Questa condizione non è scevra di pericoli giacche nel mentre che rispettiamo i trattati, NON SIAMO INSENSIBILI AL GRIDO DI DOLORE, CHE DA TANTE PARTI D'ITALIA SI LEVA VERSO DI NOI [...].

estiveram voltadas ao estabelecimento de algum elemento que pudesse ser enxergado pelos austríacos como uma razão para o início das hostilidades, no entanto, esta tarefa acabou tornando-se assaz complicada. Em um primeiro momento, buscava-se instigar o Império Austríaco e levá-lo ao conflito por meio do incentivo à ocorrência de uma insurreição no território do antigo Ducado de Massa e Carrara (BEALES & BIAGINI, 2002, p.119; COPPA, 1973, p.149), que naquele momento encontrava-se incorporado ao Ducado de Módena, mas, o levante que deveria dar início ao conflito quase não ocorreu, como apontou Christopher Duggan (2016, p.154).

Porém, as habilidades diplomáticas do Conde Cavour novamente fizeram-se presentes; o estadista piemontês utilizou-se de um estatuto presente no Tratado de Viena de 1815 para conseguir pensar em uma nova forma de iniciar as tensões com o Império Austríaco: o fato de que os rios que circulassem entre dois Estados poderiam ser considerados rios internacionais (HEARDER, 1994, p.95). Assim, Cavour ordenou que fossem iniciadas uma série de manobras militares ao longo do Ticino, rio que demarcava a fronteira entre os Reinos do Piemonte-Sardenha e Lombardo-Vêneto.

Com a manutenção das manobras militares, não tardaria para que o Império Austríaco tomasse medidas em relação aos sardo-piemonteses e, a decisão austríaca foi o envio de um *ultimatum*, em 19 de abril de 1859 (HEARDER, 1994, p.136), exigindo a desmobilização dos exércitos do Piemonte:

o Governo Imperial, como Vossa Excelência sabe, tomou cuidado ao aceitar a proposta do Gabinete de São Petesburgo de reunir um congresso das cinco grandes Potências para tentar suavizar as complicações ocorridas na Itália. Convencidos todavia da impossibilidade de realizar com possibilidade de sucesso deliberativas pacíficas na presença de choque de armas e dos preparativos de guerra realizados em um país limítrofe, nós solicitamos a desmobilização do exército sardo e o abandono dos corpos francos ou voluntários italianos, preliminarmente à reunião do congresso [...] Se, ao final deste período, ele não receber resposta, ou se ela não for completamente satisfatória, a responsabilidade pelas graves consequências que tal recusa comportaria irá recair inteiramente sobre o governo de S[ua] M[ajestade] Sarda [...] (tradução nossa, grifo nosso) (BARIÉ et al, 2004, p.49-50)⁴⁸.

⁴⁸ Texto Original em Italiano: il Governo Imperiale, come Vostra Eccellenza sa, si è premurato di accettare la proposta del Gabinetto di San Pietroburgo di riunire un congresso delle cinque

Além da desmobilização dos exércitos sardo-piemonteses ao longo da fronteira do Ticino, o *ultimatum* austríaco também deixava clara a necessidade de despensar os corpos de voluntários, bem como os exércitos franceses. Em relação ao primeiro grupo, é conveniente mencionar que a convenção militar da aliança defensiva e ofensiva de janeiro de 1859 abria precedentes para que corpos de voluntários fossem mobilizados e, naturalmente o reino do Piemonte-Sardenha aproveitar-se-ia desta possibilidade, conforme apontou Harry Hearder (1994, p.139), assim como buscaria também o apoio dos revolucionários húngaros que haviam se sublevado contra a dominação austríaca, durante os levantes de 1848 e 1849, já que tanto os italianos, quanto os húngaros possuíam um inimigo em comum, que era justamente a Áustria (HEARDER, 1994, p.142; RENOUVIN, 1960, p.372-373).

Com a rejeição da solicitação que o Império Austríaco havia realizado no *ultimatum* mencionado acima, não demorou para que o conflito tivesse início. Em 27 de abril de 1859, teve início a Segunda Guerra de Independência Italiana (FRIGERIO, 2011, p.104). A primeira fase do conflito foi marcada pelas tentativas do exército austríaco de surpreender e derrotar os piemonteses antes que os aliados franceses pudessem chegar para auxiliá-los, entretanto, foram os austríacos os mais atingidos pelos rumos das batalhas (FRIGERIO, 2011, p.104).

As batalhas deste novo conflito mostraram-se bastante sangrentas tanto para os franceses, quanto para os austríacos, sendo aquelas ocorridas em Solferino e San Martino as duas mais violentas (FRIGERIO, 2011, p.104). No início de junho de 1859, mais precisamente no dia 04, a vitória da coligação franco-piemontesa sobre os austríacos na Batalha de Magenta permitiria a entrada de Napoleão III e Vítor Emanuel II em Milão quatro dias mais tarde (FRIGERIO, 2011, p. 104).

grandi Potenze per cercare di appianare le complicazioni sopravvenute in Italia. Convinti tuttavia dell'impossibilità di avviare con possibilità di successo delibere pacifiche in presenza del fragore di armi e di preparativi di guerra perseguiti in un paese limitrofo, noi abbiamo domandato la smobilitazione dell'esercito sardo ed il congedo dei corpi franchi o volontari italiani, preliminarmente alla riunione del congresso [...] Se, allo spirare di questo termine, egli non riceverà risposta, o se essa non fosse completamente soddisfacente, la responsabilità delle gravi conseguenze che tale rifiuto comporterebbe ricadrebbe interamente sul governo di S.M. Sarda [...].

Paralelamente ao avanço das tropas franco-piemontesas e das bem-sucedidas campanhas militares contra os austríacos, os Caçadores dos Alpes, comandados por Giuseppe Garibaldi, também conseguiram vitórias importantes. Pouco tempo depois, a porção lombarda do Reino Lombardo-Vêneto estava livre da dominação austríaca. Entretanto, os rumos do conflito novamente seriam alterados de forma considerável.

O exército francês vinha conquistando consideráveis vitórias ao longo do conflito, principalmente aquela ocorrida em Magenta, ainda que a sua quantidade de soldados mortos e feridos tenha sido grande (HEARDER, 1994, p.147)⁴⁹. Contudo, algumas notícias que chegaram até o imperador alarmaram-no a ponto de tomar a decisão de estabelecer um armistício com os austríacos. Como apontou Harry Hearder, foram três as questões que pesaram: aquela referente aos Ducados da Itália Central, as preocupações acerca da obtenção da porção vêneta e, as notícias sobre a mobilização dos exércitos prussiano e da Confederação Germânica (1994, p.147).

Em relação à primeira questão, é conveniente apontar que os Ducados da Itália Central e a região da Romanha não permaneceram imunes ao conflito sardo-austríaco que se desenrolava na porção setentrional da península. Com as vitórias militares significativas da coligação franco-piemontesa, os soberanos dos Ducados de Parma e Módena e, do Grão-ducado da Toscana fugiram de seus territórios, assim como as guarnições militares austríacas que se localizavam na Romanha foram enviadas ao *front* de batalha. Com a ausência dos soberanos, iniciou-se um processo de tomada dos poderes locais por representantes vindos do Piemonte-Sardenha, como, por exemplo, Luigi Carlo Farini que foi enviado a Módena, Diodato Palmieri enviado a Parma, Massimo d'Azeglio enviado a Bolonha e, Carlo Boncompagni enviado a Florença (COPPA, 1973, p.162).

No que concerne ao segundo elemento, havia sido estabelecido desde os Acordos de Plombières que a libertação da porção vêneta também seria um

⁴⁹ É interessante destacar que foi em meio à ocorrência desta batalha que se descobriu um novo tom de cor, o qual acabou recebendo o nome da comuna italiana que graças à batalha passou a ser conhecida no cenário europeu, Magenta. Para mais informações, Ver: HEARDER, Harry. **Cavour**. Londres-Nova York: Routledge, 1994.

dos objetivos do conflito contra a Áustria, no entanto, os acontecimentos suscitados pela guerra impossibilitaram o alcance deste objetivo. Mesmo após as derrotas sofridas em Magenta, Solferino e San Martino, as tropas austríacas já haviam começado a se reorganizar na região de fortalezas conhecidas como Quadrilátero (RENOUVIN, 1960, p.372).

O último elemento, a possibilidade da entrada prussiana no conflito, foi, provavelmente, o que mais pesou para a decisão francesa de estabelecer um armistício com a Áustria, o qual encerrasse imediatamente as hostilidades entre as partes. Desde os momentos iniciais do conflito, mesmo com a neutralidade prussiana, o Conde Cavour nutria a esperança de que a Prússia pudesse auxiliar a aliança franco-piemontesa e também declarar guerra aos austríacos (HEARDER, 1994, p.147), porém, a notícia de que a Prússia e alguns outros Estados da Confederação Germânica haviam mobilizado seus exércitos soou bastante desanimadora, ainda que, segundo Pierre Renouvin, a ameaça de uma intervenção prussiana a favor dos austríacos se constituísse em uma ameaça muito mais virtual do que propriamente real (1960, p.372-373).

A conjugação destes três elementos pesou sobre o imperador francês, o qual decidiu convocar o imperador austríaco e estabelecer um armistício, que foi firmado sem a anuência e sem qualquer conhecimento por parte dos piemonteses. A Segunda Guerra de Independência Italiana encerrou-se oficialmente na primeira quinzena de julho e, junto dela a aliança franco-piemontesa. No entanto, o projeto expansionista e unitário do Conde Cavour estava cada vez mais próximo, ao passo que as pretensões de Napoleão III sobre a Península Itálica ficariam mais distantes.

3.2 Da Villafranca a Zurigo: As Consequências do Conflito para a causa italiana (1859-1860)

Mesmo com a Lombardia e boa parte da Itália Central libertadas, o desfecho da Segunda Guerra de Independência Italiana não foi totalmente animador para os sardo-piemonteses, pois no Vêneto ainda persistia a dominação austríaca e, o armistício que foi responsável pelo encerramento do conflito não contou com nenhuma participação piemontesa.

Desde antes do estabelecimento da aliança defensiva e ofensiva de janeiro de 1859, o Conde Cavour já buscava alguma garantia de que o Piemonte teria participação paritária na mesa de negociações após a ocorrência do conflito contra os austríacos (CASANA, 2016, p.56). Porém, nem mesmo as cláusulas definitivas da aliança consolidaram este interesse piemontês já que no artigo 6º não foi prevista a obrigatoriedade da presença de um representante do Reino do Piemonte-Sardenha como condição *sine qua non* para o encerramento das hostilidades, foi delimitado apenas que ambas as partes, Segundo Império Francês e Reino do Piemonte-Sardenha, deveriam estar de acordo com a possibilidade da resolução do encerramento das hostilidades (BARIÈ et al, 2004, p.48)⁵⁰.

Contudo, os piemonteses não receberam nem o direito de participação paritária, tampouco a possibilidade de participarem das reuniões que levariam ao término das hostilidades, coube ao rei Vítor Emanuel II apenas assinar aquilo que franceses e austríacos haviam estabelecido para a sorte de seu reino. Conforme as principais cláusulas do Armistício de Villafranca:

Entre S[ua] M[ajestade] o Imperador da Áustria e S[ua] M[ajestade] o Imperador dos Franceses, ficou estabelecido o seguinte:

Os dois soberanos favorecerão a criação de uma Confederação italiana. Tal confederação será presidida pelo Santo Padre.

O Imperador da Áustria cede ao Imperador dos Franceses os seus direitos sobre a Lombardia, com exceção de Mantova e de Peschiera. [...] O Imperador remeterá os territórios cedidos ao Rei da Sardenha.

Veneza fará parte da Confederação italiana, permanecendo sob a coroa do Imperador da Áustria. O Grão-duque da Toscana e o Duque de Módena regressarão aos seus Estados, concedendo uma anistia geral. Os dois Imperadores solicitarão ao Santo Padre que introduza em seus Estados reformas indispensáveis [...]. (tradução nossa, grifo nosso) (BARIÈ et al, 2004, p.50)⁵¹.

⁵⁰ Ver as cláusulas presentes nas páginas 61, 62 e 63 desta monografia.

⁵¹ Texto Original em Italiano: Tra S.M. l'Imperatore d'Austria e S.M. l'Imperatore dei Francesi, è stato convenuto quanto segue:/ I due sovrani favoriranno la creazione di una Confederazione italiana. Tale confederazione sarà presieduta dal Santo Padre./ L'Imperatore d'Austria cede all'Imperatore dei Francesi i suoi diritti sulla Lombardia, eccettuate le fortezze di Mantova e di Peschiera. [...] L'imperatore rimetterà i territori ceduti al Re di Sardegna./ Venezia farà parte della Confederazione italiana, restando sotto la corona dell'Imperatore d'Austria. Il Granduca di

As cláusulas do armistício denotaram o interesse francês em organizar a geopolítica da Península Itálica conforme as suas pretensões e, a principal delas, que era a formação de uma Confederação de Estados chefiada pelo Papa, passou a também possuir a anuência do Imperador Austríaco, uma vez que os dois soberanos dispõeiam a promover a formação de tal confederação, a qual foi apontada por Harry Hearder como o mais irreal dos artigos (1994, p.148).

Por meio deste armistício, definiu-se também que a região da Lombardia, que havia sido libertada durante a Segunda Guerra de Independência Italiana, passaria para o controle dos franceses, os quais cederiam a região ao domínio sardo-piemontês, excetuando-se as fortalezas de Mantova e Peschiera, pois ambas faziam parte do conjunto de fortalezas austríacas conhecidas como Quadrilátero, que foi de onde os austríacos reorganizaram seus exércitos após as derrotas sofridas em junho de 1859 (RENOUVIN, 1960, p.372).

Ainda que a porção vêneta tenha permanecido sob a dominação austríaca, já que o armistício foi selado antes que ela pudesse ser libertada, abria-se o precedente para que ela também compusesse o projeto de confederação. Em relação à confederação, manter-se-ia a presidência honorária nas mãos do Papa, mas, previa-se a necessidade de o Pontífice estabelecer reformas indispensáveis em seu Estado, que permitissem a permanência de sua liderança.

Outro ponto bastante relevante que foi mencionado no documento acima diz respeito ao retorno dos duques da Itália Central aos seus domínios, já que durante o conflito eles haviam fugido dos ducados, e a posterior concessão de uma anistia geral para aqueles que pudessem ter se envolvido nas manifestações contrárias aos soberanos ligados ao Império Austríaco. Entretanto, a obrigatoriedade do retorno dos duques aos seus domínios mostrava-se uma questão bastante espinhosa, pois estes Estados brevemente

Toscana e il Duca di Modena rientranno nei loro Stati, concedendo un' amnistia generale. I due Imperatori chiederanno al Santo Padre di introdurre nei suoi Stati riformi indispensabili [...].

evidenciariam o seu interesse na incorporação ao Reino do Piemonte-Sardenha.

Como foi indicado brevemente na seção anterior, durante a guerra contra os austríacos, os duques de Módena e Parma e o grão-duque da Toscana fugiram de suas possessões, o que fez com que representantes sardo-piemonteses fossem enviados àquelas localidades para exercerem o poder. Ainda que as cláusulas do armistício tivessem definido a necessidade do retorno dos soberanos, não tardou para que esta cláusula se tornasse insustentável. As próprias populações daquelas localidades demonstravam não estar dispostas a aceitar aquilo que o armistício estabelecia, mas sim em promover modificações consideráveis na distribuição do poder na península.

No Ducado de Módena, por exemplo, o duque Francesco V e a sua dinastia de Habsburgo-Este foram declarados derrubados em 20 de agosto de 1859 (OAKES & MOWAT, 1930, p.217) e, no dia seguinte, uma Assembleia Modenense declarou a sua pretensão de ser anexada aos domínios sardo-piemonteses, além de conceder a Luigi Carlo Farini, que desempenhava o cargo de representante dos interesses do Piemonte, a posição de ditador (HEARDER, 1994, p.151). Esta mesma posição também lhe foi concedida no Ducado de Parma, onde ocorria simultaneamente um processo bastante similar àquele que se verificava em Módena, pois uma Assembleia também decidiu pela sua anexação ao Estado sardo-piemontês em 12 de setembro de 1859 (HEARDER, 1994, p.151).

Na região da Romanha, que havia sido desocupada pelas tropas austríacas durante o conflito, também ocorreram manifestações favoráveis à sua anexação ao Reino do Piemonte-Sardenha; entre os dias 06 e 07 de setembro, foi a vez de uma Assembleia reunida em Bolonha declarar derrubado o poder temporal e apresentar a sua vontade em ser anexada (HEARDER, 1994, p.151). No antigo Grão-ducado da Toscana, foi Bettino Ricasoli quem assumiu o poder e conduziu a votação que, assim como as outras localidades mencionadas, também buscava a sua incorporação ao reino sardo-piemontês (HEARDER, 1994, p.150).

É conveniente pontuar que as notícias vindas da Itália Central que apresentavam o clamor das populações locais pela anexação ao Piemonte-Sardenha não surtiu no Estado sabaudo o efeito que era esperado, pois o ambiente político estava bastante complicado. Com o estabelecimento do Armistício de Villafranca, sem a mínima participação ou ciência dos piemonteses, o Conde Cavour demitiu-se do cargo de primeiro-ministro pela segunda vez em seu longo mandato que perdurava desde 1852⁵² por não aceitar o que havia sido imposto ao Piemonte (HEARDER, 1994, p.150).

Com a ausência do primeiro-ministro, o cargo foi assumido de forma interina por La Marmora e Rattazzi (CASANA, 2016, p.61), os quais não possuíam as mesmas habilidades de Cavour para solucionar o impasse relacionado à Itália Central, como ponderou Harry Hearder (1994, p.151), ainda que o primeiro tenha liderado as tropas piemontesas durante a Guerra da Crimeia e, que o segundo tenha colaborado para a obtenção da maioria política necessária para que Cavour fosse alçado ao seu posto.

Ainda que o ambiente político no Piemonte estivesse bastante instável, a aliança com o Segundo Império Francês fragilizada e a situação na Itália Central inconclusa, o posicionamento inesperado de um agente extremamente relevante no cenário internacional europeu poderia promover uma alteração considerável nesse panorama. Os britânicos, com os quais o Conde Cavour pretendia aliar-se inicialmente, mantiveram uma relativa distância da causa italiana como foi apresentado no capítulo anterior⁵³, no entanto, os desdobramentos dos eventos da Itália Central e as modificações na orientação diplomática promovidas pelos gabinetes de Palmerston e Russell fizeram com que a Inglaterra desempenhasse um papel fundamental na consecução da unidade italiana.

Conforme Oakes e Mowat apontam em sua obra *The Great European Treaties of the Nineteenth Century*, os britânicos possuíam clara oposição a duas propostas presentes nas cláusulas do Armistício de Villafranca, a formação da Confederação de Estados chefiada pelo Papa e o retorno do

⁵² A primeira demissão de Cavour remonta ao ano de 1854 em meio à chamada Crise Calabiana. Para mais informações, ver a página 37 desta monografia.

⁵³ Ver das páginas 54 a 56 desta monografia.

duque de Módena e do grão-duque da Toscana aos seus antigos territórios (1930, p.216). O argumento inglês para tal oposição era que tanto a formação da confederação idealizada, quanto o retorno dos duques austríacos poderiam significar o retorno mais firme da presença austríaca na península (OAKES & MOWAT, 1930, p.216). Hearder também corrobora o que Oakes e Mowat apontaram, indicando inclusive que os britânicos estariam dispostos a iniciar um conflito contra os austríacos caso houvesse a insistência na defesa do retorno dos duques (1994, p.150).

Mesmo com um cenário bastante calamitoso, as cláusulas estabelecidas em julho durante o Armistício de Villafranca foram retomadas em novembro pelo Tratado de Zurique, o qual foi firmado em 10 de novembro de 1859 (CASANA, 2016, p.61). Conforme foi estabelecido nas tratativas de Zurique:

Art.4. S[ua] M[ajestade] o Imperador da Áustria renuncia por si e por todos os seus descendentes e sucessores, em favor de S[ua] M[ajestade] o Imperador dos Franceses, aos seus direitos e títulos sobre a Lombardia, à exceção das fortalezas de Peschiera e de Mantova e dos territórios determinados pela nova delimitação, que permanecem sob posse de S[ua] M[ajestade] I[mperial] e R[eal] Apostólica.

Art.5. S[ua] M[ajestade] o Imperador dos Franceses declara a sua intenção de remeter à sua S[ua] M[ajestade] o Rei da Sardenha os territórios cedidos com base no artigo precedente.

Art.18. S[ua] M[ajestade] o Imperador dos Franceses e S[ua] M[ajestade] o Imperador da Áustria se empenham a favorecer com todos os seus esforços a criação de uma Confederação entre os Estados Italianos, que seria colocada sob a presidência honorária do Santo Padre [...] O Vêneto, que permanece sob a Corona de S[ua] M[ajestade] I[mperial] e R[eal] Apostólica, formará um dos Estados desta Confederação e participará das obrigações assim como dos direitos derivantes do pacto federal [...] (tradução nossa, grifo nosso) (BARIÈ et al, 2004, p.50)⁵⁴.

⁵⁴ Texto Original em Italiano: S.M. l'Imperatore d'Austria rinuncia per sè e per tutti i suoi discendenti e successori, in favore di S.M. l'Imperatore dei Francesi, ai suoi diritti e titoli sulla Lombardia, ad eccezione delle fortezze di Peschiera e di Mantova e dei territori determinati dalla nuova delimitazione, che restano in possesso di S.M.I. e R.Apostolica./ Art.5. S.M. l'Imperatore dei Francesi dichiara la sua intenzione di rimettere a S.M. il Re di Sardegna i territori ceduti in base all'articolo precedente./ Art.18. S.M. l'Imperatore dei Francesi e S.M. l'Imperatore d'Austria s'impegnano a favorire con tutti i loro sforzi la creazione di una Confederazione fra gli Stati Italiani, che sarebbe posta sotto la presidenza onoraria del Santo Padre [...] Il Veneto, che resta posto sotto la Corona di S.M.I. e R.Apostolica, formerà uno degli Stati di questa Confederazione e parteciperà agli obblighi come ai diritti derivanti dal patto federale [...]

O artigo 4º estabeleceu que a região da Lombardia passaria primeiramente para o controle francês e, posteriormente aos sardo-piemonteses, já que esta região havia sido libertada do jugo austríaco durante o conflito. O artigo seguinte reitera a necessidade de os franceses passarem os territórios libertados ao Piemonte-Sardenha, evitando assim possíveis manobras que pudessem impedir o controle piemontês sobre as províncias lombardas.

A porção vêneta, além das fortalezas que compunham o chamado Quadrilátero, permaneceria sob o domínio do Império Austríaco, entretanto, seria permitido que a região do Vêneto fizesse parte do projeto confederativo que se buscava estabelecer na Península Itálica, possuindo os mesmos direitos e deveres das demais conforme ficaria definido no pacto federal responsável por reger o funcionamento da confederação, o qual, mesmo constando também neste segundo acordo, não chegou a ser implantado.

No ano seguinte, Cavour retornou ao cargo de primeiro-ministro do reino em 21 de janeiro de 1860 (HEARDER, 1994, p.155) e graças ao apoio inglês com o qual a causa italiana passou a contar, a espinhosa questão envolvendo os territórios libertos da Itália Central pôde enfim ser resolvida. Assim, foram convocados plebiscitos por Farini nas Províncias da Emília⁵⁵ e Ricasoli na Toscana, os quais exigiram que os homens maiores de 21 anos votassem entre duas opções: a anexação à monarquia constitucional sardo-piemontesa ou a criação de reinos separados (HEARDER, 1994, p.157). Como já estava sendo demonstrado desde agosto do ano anterior, a primeira opção venceu com maioria esmagadora.

Convém indicar que o Tratado de Zurique modificou substancialmente um dos pontos estabelecidos em seu antecessor firmado em Villafranca, aquele que se referia à situação dos Ducados da Itália Central. Com base em um dos artigos do Tratado de Zurique:

⁵⁵ Nome pelo qual ficou conhecido o grupo formado pelas províncias que faziam parte dos Ducados de Parma e Módena e da Romanha, a saber Bolonha, Ferrara, Forlì, Massa e Carrara, Módena, Parma, Piacenza, Ravena e Reggio, que à época encontravam-se regidas por Luigi Carlo Farini. Para mais informações, ver: OAKES, Augustus; MOWAT, R.B. (orgs.). *The Great European Treaties of the Nineteenth Century*. Londres: Oxford Press, 1930.

Art.19. Enquanto as delimitações territoriais dos Estados Independentes da Península Itálica que não participaram do último conflito puderem ser modificadas apenas com a sanção das Potências que os presidiaram no momento de sua formação e reconheceram sua existência, os direitos do Grão-duque da Toscana, do Duque de Módena e do Duque de Parma estão expressamente reservados aos escrutínios das Altas Partes Contraentes (tradução nossa) (OAKES & MOWAT, 1930, p.218)⁵⁶.

O artigo destacado acima evidencia que o contexto dos Ducados da Itália Central tornou insustentável aquilo que fora proposto anteriormente por franceses e austríacos, o retorno do duque de Módena e do grão-duque da Toscana aos seus territórios, o que fez com que fosse necessária a reformulação neste novo acordo. A anexação dos territórios correspondentes aos antigos Ducados de Parma e Módena, ao Grão-ducado da Toscana e à Romanha foi sancionada graças aos plebiscitos convocados e, brevemente ocorreu a incorporação destas localidades ao Estado sardo-piemontês por meio de decretos reais emitidos entre os dias 18 e 22 de março de 1860, os quais foram bastante contestados tanto pelos duques, quanto pelo Papa (OAKES & MOWAT, 1930, p.221)⁵⁷.

A solução do impasse envolvendo a Itália Central trouxe consigo também a resolução da situação das províncias de Nice e Savoia cujo interesse francês já vinha sendo demonstrado desde os Acordos de Plombières e, que deveriam ser concedidas ao Segundo Império Francês conforme fora definido anteriormente no tratado de aliança defensiva e ofensiva de 1859 em nome do princípio das nacionalidades⁵⁸. Desse modo, um tratado estabelecido em Turim, em março de 1860, selou a transferência de Nice e Savoia ao domínio francês (OAKES & MOWAT, 1930, p.222) e foi posteriormente ratificado por dois plebiscitos ocorridos em cada uma destas províncias entre os dias 15 e 22

⁵⁶ Texto Original em Inglês: Art.19. As the Territorial delimitations of the Independent States of Italy who took no part in the late war can be changed only with the sanction of the Powers who presided at their formation and recognized their existence, the Rights of the Grand Duke of Tuscany, of the Duke of Modena and of the Duke of Parma are expressly reserved for the consideration of the High Contracting Parties.

⁵⁷ O Duque Francesco V de Módena protestou contra o decreto de anexação no dia 22 de março de 1860; o Papa Pio IX e a Duquesa Regente de Parma emitiram seus protestos em 24 de março de 1860; o Grão-duque Leopoldo II da Toscana seguiu o mesmo exemplo em 28 de março de 1860. Para mais informações, ver: OAKES, Augustus; MOWAT, R.B. (orgs.). **The Great European Treaties of the Nineteenth Century**. Londres: Oxford Press, 1930.

⁵⁸ Ver o art.3. da transcrição presente na página 64 desta monografia.

de abril (FRIGERIO, 2011, p.106). É interessante indicar que este processo de transferência das duas províncias para o domínio francês foi analisado por Paolo Casana como uma “moeda de troca” que permitiu a Cavour a obtenção dos ducados (CASANA, 2016, p.61).

Os rumos dos acontecimentos e a concessão de Nice e Savoia ao Segundo Império Francês trouxeram consigo o fim da aliança franco-piemontesa, estabelecida em 1858, a qual foi encerrada de forma bastante significativa com a destruição oficial dos Acordos de Plombières, ocorrida na França, em 14 de março de 1860 (CASANA, 2016, p.55). As circunstâncias propiciadas pelo conflito contra os austríacos evidenciaram o que já era claro desde antes do estabelecimento da aliança, a dissonância dos interesses de franceses e piemonteses. No entanto, a relevância das tratativas de Plombières é inquestionável conforme ponderaram Alessandro Frigerio e Paolo Casana, pois prepararam as bases para a criação do novo quadro político da península, além de permitir a ocorrência tanto da Segunda Guerra de Independência Italiana, quanto dos tratados posteriores (FRIGERIO, 2011, p.103; CASANA, 2016, p.51).

A projeção da causa nacional italiana, defendida e idealizada por Cesare Balbo e promovida por Cavour por meio da Guerra da Crimeia e dos Acordos de Plombières havia alcançado o seu objetivo, que era o de iniciar o processo de expulsão dos soberanos estrangeiros da Península Itálica para que se conseguisse a concretização da unidade nacional. Ainda em 1860, a Expedição dos Mil, liderada por Giuseppe Garibaldi, libertou o Sul do jugo bourbônico e em 17 de março de 1861, Vítor Emanuel II pôde ser coroado primeiro rei do Reino da Itália (OAKES & MOWAT, 1930, p.222). Ainda que tenha falecido em 1861, a obra do estadista que ficou conhecido na história italiana como *Il Tessitore*, justamente por ter tecido o Estado Italiano Unificado, completou-se com as aquisições de Veneza e Roma, ocorridas em 1866 e 1870, respectivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto o mapa europeu, quanto o ordenamento geopolítico do continente passaram por consideráveis mudanças ao longo do século XIX, que paulatinamente contribuíram para solapar a obra do Congresso de Viena, a qual buscou acalmar o ímpeto revolucionário em nome de princípios como a legitimidade e o equilíbrio. Um dos espaços onde se buscou a submissão a estes princípios foi a Península Itálica, onde a fragmentação territorial permaneceu como uma realidade, e após o congresso, somou-se a tal fragmentação a submissão à dominação estrangeira, predominantemente austriaca.

Como ponderaram alguns autores como Jean-Baptiste Duroselle (1985) e Amado Cervo (2008), o ímpeto restaurador das potências absolutistas e conservadoras europeias foi bem sucedido na tarefa de impedir tanto a sustentação, quanto o triunfo de movimentos de estirpe liberal e nacionalista, como ficou evidente na repressão dos movimentos insurrecionais de 1820 e 1831 ocorridos na península. No entanto, a repressão empreendida aos eventos de 1831, não por acaso, trouxe consigo a necessidade da constituição de meios mais organizados e efetivos para a construção da unidade nacional italiana e, a resposta a esta demanda foi o início do chamado Debate do *Risorgimento*, que se deu entre 1831 e 1848, demarcado entre a criação da *Giovane Italia* por Giuseppe Mazzini e os movimentos do *Quarantotto Italiano*, quando se começou a pensar acerca de qual seria a maneira mais adequada para a construção do Estado Italiano Unificado.

O ano de 1848 ficou marcado na história europeia pela ocorrência de uma série de rebeliões e insurreições não apenas no continente europeu, mas em diversas partes do globo, as quais fizeram com que esse ano ficasse conhecido como a Primavera dos Povos. Na Península Itálica, os movimentos, ainda que fossem bastante heterogêneos e díspares entre si, apresentavam algumas reivindicações em comum que podem ser sintetizadas em dois termos: liberdade e unificação. Esse ano também ficou marcado pela tomada da liderança do processo de unificação nacional por parte do Reino do

Piemonte-Sardenha, o único dentre os Estados da Península Itálica que se encontrava livre da dominação estrangeira, e que a partir de 1848 passou a contar também com uma estrutura política constitucional e parlamentar propiciada pela concessão do Estatuto Albertino pelo rei Carlos Alberto.

No entanto, esta primeira tentativa de unificação ficou marcada por uma derrota dos sardo-piemonteses frente o Império Austríaco, que teve como suas causas principais a ausência de apoio estrangeiro e a fraqueza militar do Piemonte. Assim como a iniciativa piemontesa, os demais movimentos ocorridos em todo o território peninsular também foram reprimidos; constatou-se com estas derrotas que a concepção da unificação nacional deveria perpassar uma mudança na forma de enxergar tanto o nacionalismo, quanto a condução prática do movimento.

Conforme foi ponderado por Bertonha (2019) na introdução deste trabalho e, endossado por autores como Acton (2000), Anderson (2008), Gaeta (1981) e Hobsbawm (1990), houve a necessidade de associar o nacionalismo mais a elementos culturais, como a língua, a História e aos costumes, do que propriamente aos políticos, como a defesa da soberania e a luta contra a opressão; era necessário que os diversos habitantes da Península Itálica se reconhecessem como membros de uma única nação italiana, a qual deveria se constituir em um único Estado como postulava o princípio das nacionalidades.

No que concerne aos elementos práticos, as modificações internas, que permitiram ao Reino do Piemonte-Sardenha a sua posição de liderança diante do processo de unificação nacional italiano, deveram-se às ações do primeiro-ministro Camilo Benso de Cavour, conhecido no plano interno como *Il Tessitore*, já que o mesmo foi responsável por tecer a Itália unificada. Como um filho de seu tempo, era um natural admirador de todos os símbolos da modernização e do progresso, com destaque para as indústrias e ferrovias, estas últimas consideradas por ele como um elemento que poderia inclusive fomentar a unificação nacional, à medida que favoreceria tanto a integração econômica da península, quanto o enfraquecimento dos localismos e municipalismos, os quais se caracterizavam como obstáculos à consecução da unificação nacional.

Árduo defensor do projeto monárquico-constitucional de unificação, conforme demonstrou por meio de sua participação no jornal *Il Risorgimento*, Cavour firmou-se como uma figura política após os eventos de 1848, sendo alçado em 1850 ao posto de Ministro da Agricultura, Comércio e Indústrias, momento em que passou a investir em obras de infraestrutura interna voltadas à modernização do reino e que foram caracterizadas pela expansão das indústrias, da malha ferroviária, dos bancos e dos canais de irrigação. No que concerne à fraqueza militar interna, convém apontar que ele também buscou modificar esse *status* por meio de reformas nas tropas e na administração dos Exércitos, as quais evidenciam o seu conhecimento de que um novo conflito contra os austríacos deveria ocorrer para que a luta pela unidade nacional italiana pudesse ser concretizada.

Um dos autores mobilizados, Jean-Baptiste Duroselle, pondera em sua obra *Todo Império perecerá* que os estadistas pensam em uma estratégia de ação buscando uma finalidade, compondo o chamado sistema de finalidades. No caso das ações empreendidas por Cavour, a finalidade de suas ações reformistas era justamente a modernização do reino piemontês para que ele continuasse encabeçando a unificação nacional. Em contrapartida, como indicou Pierre Milza em seu capítulo sobre a relação entre as políticas interna e externa (2003), existe uma correlação entre as ações relacionadas a estes âmbitos, o que faz com que, por exemplo, uma ação de política interna tenha reverberação ou busque determinado objetivo em relação à política externa.

No que concerne às mudanças internas realizadas por Cavour e as suas diretrizes de política externa, pode-se inferir que o objetivo destas reformas era propiciar a projeção internacional da causa italiana, pois o primeiro-ministro sabia que era necessário internacionalizar, ou europeizar, a causa italiana, o que significava naquele contexto fazer com que ela fosse alçada ao posto de questão de primeira ordem no cenário geopolítico europeu. Para a compreensão de como se deu a projeção internacional da causa italiana, foram analisados dois eventos, considerados as duas etapas da dita internacionalização, a saber, a participação sardo-piemontesa na Guerra da Crimeia e o estreitamento dos Acordos de Plombières com o Segundo Império Francês.

A primeira etapa correspondeu ao envio dos voluntários *bersaglieri* para o *front* da Guerra da Crimeia, mesmo não tendo abertas hostilidades em relação ao Império Russo, tampouco profunda simpatia pelo Império Turco-Otomano, contudo, as habilidades diplomáticas do Conde Cavour eram destacadas e, certamente, levariam-no a se utilizar de um conflito aparentemente distante da causa italiana a seu favor. Em janeiro de 1855, aderiu à aliança franco-britânica, enviando logo depois os voluntários piemonteses para auxiliar as tropas da aliança pró-otomana contra os russos. Entretanto, a importância da participação do Piemonte-Sardenha na guerra não se encerrou ou se definiu nos campos de batalha, mas sim durante as negociações para o encerramento das hostilidades, ocorridas no Congresso de Paris, em 1856.

Nas reuniões do Congresso de Paris, Cavour não apenas pôde participar de forma paritária, como também pôde demonstrar sua oposição à permanência de tropas estrangeiras, especificamente francesas e austríacas em Roma e na Romanha, respectivamente. Além de conseguir encaminhar as tratativas que levariam ao estabelecimento dos Acordos de Plombières, os quais foram responsáveis pela formação da aliança com o Segundo Império Francês.

Sobre os Acordos de Plombières, convém pontuar que estabeleceram as bases e as definições da aliança franco-piemontesa, que foi responsável tanto pela efetivação da Segunda Guerra de Independência Italiana, a qual ocorreria posteriormente em 1859, quanto pela apresentação daquele que seria o futuro ordenamento político da Península Itálica. Conforme indicaram Duroselle (1985) e Cervo (2008), tanto Cavour, quanto Napoleão III foram estadistas que, ao defenderem o princípio das nacionalidades, acabaram por estabelecer um novo equilíbrio europeu, não mais assentado nas legitimidades dinásticas, mas sim no mencionado princípio.

Ainda que os objetivos dos estadistas no momento da configuração desta aliança tenham sido bastante díspares entre si, já que Napoleão III afirmava não desejar a criação de uma Itália unificada, bastava a Cavour a segurança da obtenção de um aliado que possuísse uma grande força militar a

sua disposição, bem como alguma ligação com a causa italiana e, ambas convergiram para a figura do imperador francês.

Tal segurança em seu aliado permitiu ao Conde Cavour o fomento às hostilidades que fizeram com que o Império Austríaco declarasse guerra aos sardo-piemonteses, em abril de 1859, dando início ao conflito que ficou conhecido como a Segunda Guerra de Independência Italiana, evento que na ótica do estadista piemontês era considerado essencial e inexorável para que pudesse ser obtida a consecução da unidade nacional. Mesmo com pretensões divergentes e com mudanças consideráveis nos rumos dos acontecimentos, a vitória da coligação franco-piemontesa na guerra permitiu a libertação das províncias lombardas, além daquelas pertencentes aos Ducados da Itália Central, ainda que o desfecho do conflito tenha trazido consigo também a ruptura da aliança estabelecida em Plombières.

Em síntese, é possível ponderar que a projeção internacional da causa italiana deu-se graças a estes dois eventos, a participação piemontesa na Guerra da Crimeia e o estreitamento dos Acordos de Plombières. A primeira etapa favoreceu a europeização à medida que resultou na possibilidade de o primeiro-ministro piemontês participar ativamente do Congresso de Paris, onde ele pôde tanto demonstrar a sua oposição à presença estrangeira em território italiano, quanto encaminhar as tratativas que levariam à aliança com o Segundo Império Francês.

A segunda etapa, por sua vez, trouxe consigo a concretização de um dos principais objetivos do Conde Cavour em relação à causa italiana, que era justamente o de obter um aliado com o qual pudesse firmar uma coligação para o conflito contra a Áustria, que, à época, já era considerado iminente. Ambas se deveram grandemente à força das circunstâncias, as quais eram apontadas por Renouvin como um elemento a ser levado em consideração, e principalmente à habilidade diplomática de uma figura responsável por tecer os rumos do processo que levaria ao nascimento do Estado Italiano. Pelas mãos do *Tessitore*, estava sendo feita a Itália.

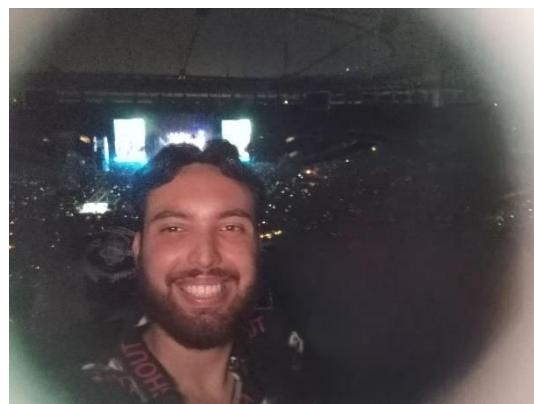
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTON, Lord. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000;
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008;
- BANTI, Alberto Mario. **Il Risorgimento Italiano**. Roma-Bari: Laterza, 2011;
- BARIÈ, Ottavio et al. **Storia delle relazioni internazionali**: testi e documenti (1815-2003). Bolonha: Monduzzi Editore, 2004;
- BEALES, Derek; BIAGINI, Eugenio F. **The Risorgimento and the Unification of Italy**. Londres-Nova York: Routledge, 2002;
- BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. São Paulo: Contexto, 2019;
- BLOCH, Marc. **Apologia da História Ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001;
- CASANA, Paolo. I Trattati Franco-Subalpini tra il 1858 e il 1860. In: VIDARI, Gian Savino Pene. **I Plebisciti del 1860 e il governo sabaudo**. Torino: Deputazione Subalpina di Storia, 2016;
- CERVO, Amado. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). **História das relações internacionais contemporâneas**: da sociedade internacional do Século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008;
- CERVO, Amado. **As Relações entre o Brasil e a Itália**: a formação da italianidade brasileira. Brasília: Editora da UNB, 2011;
- COPPA, Frank J. **Camillo di Cavour**. Nova York: Twayne Publishers, 1973;
- DOUMANIS, Nicholas. **Italy: Inventing the Nation**. Londres – Nova York: Oxford University Press, 2001;
- DUGGAN, Christopher. **História Concisa da Itália**. São Paulo: Edipro, 2016;
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **A Europa de 1815 aos nossos dias**. São Paulo: Pioneira, 1985;
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império perecerá**. Brasília: Editora UNB, 2000;
- FRIGERIO, Alessandro. **Risorgimento e Unità d'Italia Schemi riassuntivi, Quadri d'approfondimento**. Novara: De Agostini, 2011;
- GAETA, Franco. **Il nazionalismo italiano**. Roma – Bari: Editori Laterza, 1981;
- GOOCH, John. **The Unification of Italy**. Londres: Routledge, 1986;
- HEARDER, Harry. **Italy In The Age of The Risorgimento 1790-1870**. Londres – Nova York: Routledge, 1985;

- HEARDER, Harry. **Cavour**. Londres – Nova York: Routledge, 1994;
- HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990;
- Il grido di dolore**. 2010. Disponível em: <https://www.eleaml.org/rtfsud/stampa/primo_capitolo_storia_di_vittorio_emanuele_II_del_suo_renno_di_licurgo_cappelletti.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2024;
- KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**. Rio de Janeiro: Campus, 1989;
- MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In: RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003;
- MONTANELLI, Indro. **L' Italia del Risorgimento 1831-1861**. Milão: Rizzoli Editore, 2013;
- OAKES, Augustus; MOWAT, R.B. (orgs.). **The Great European Treaties of the Nineteenth Century**. Londres: Oxford Press, 1930;
- RENOUVIN, Pierre. **Storia della Politica Mondiale: Il Secolo XIX 1815-1871**. Florença: Valecchi Editore, 1960;
- SCIROCCO, Alfonso. **Storia Universale Vol.18: Il Risorgimento Italiano**. Milão: RCS Quotidiani SPA, 2004;
- SCONOCCHIA, Adriano. **I Grandi Personaggi del Risorgimento**. Roma: Newton Compton Editori, 2019;
- SMITH, Denis Mack. **Il Risorgimento Italiano**. Roma – Bari: Laterza, 1999.

O autor

LUIZ FELIPE DOS SANTOS NARCISO



Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Bolsista CAPES. Graduado em História (Bacharelado e Licenciatura, 2025) pela mesma instituição. Professor Docente I - História do Município de São Pedro da Aldeia e Professor/ Monitor de História do Colégio e Curso SEI. Possui interesse por História Contemporânea, com ênfase em História da Itália, Itália do Século XIX, Unificação Italiana, Europa do Século XIX, Movimentos Nacionalistas e Ensino de História.




Editora
UNIESMERO

ISBN 978-655492132-9



9 786554 921329